



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação de Mestrado:

Intelectualidade Negra Feminina: Decolonialidade, Resistência e Ensino de História

Claudia Therezinha de Paula Santos Baptista

RIO DE JANEIRO
2025

Claudia Therezinha de Paula Santos Baptista

Intelectualidade Negra Feminina: Decolonialidade, Resistência e Ensino de História

Dissertação de Mestrado para defesa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.
Orientador: Gustavo Pinto de Sousa

Banca Examinadora:

Titulares:

Prof Dr Gustavo Pinto de Sousa (orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Profa Dra Monica Lima e Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Profa Dra Eveline Almeida de Sousa
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Suplentes:

Profa Dra Warley da Costa
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof Dr Diego dos Santos Reis
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Agradecimentos

Nesta oportunidade gostaria de agradecer a Universidade Pública que me formou na graduação e que ao longo da minha vida profissional oportunizou realizar duas pós-graduações, dentro de um horário possível que pude conciliar com minha atividade como docente. E que agora, através do ProfHist, proporcionou a mim e a tantos outros colegas a possibilidade de realizar o mestrado.

Agradeço imensamente ao meu orientador, prof Dr Gustavo Pinto de Sousa, pela excelente orientação, dedicação e considerações fundamentais para o desenvolvimento dessa dissertação. Agradeço também aos professores Dra Monica Lima e Souza e Dr Diego dos Santos Reis, membros da banca de Qualificação e Defesa de Mestrado, pelos considerações assertivas que contribuíram e muito para o encaminhamento do trabalho. E a Profa Dra Eveline Sousa pelo aceite em participar da defesa.

Agradeço a todos os professores que ao longo do curso de mestrado compartilharam seus conhecimentos em aulas de excelência.

Agradeço também ao meu companheiro de vida, meu marido Mauricio, pelo companheirismo e compartilhamento de suas experiências acadêmicas. Assim como aos amigos, aos colegas da turma de mestrado e minha família pelo apoio para realizar este objetivo. Ao meu pai, José Mariano, que não está mais entre nós, mas que sempre me proporcionou incentivo constante na busca pela minha formação. E também a minha mãe, Wanda, que não se encontra mais entre nós desde minha infância, mas o tempo que tivemos nos ensinou, a mim e minhas irmãs a sermos mulheres protagonistas de nossa própria história.

Agradeço profundamente aos meus alunos que sempre contribuíram para meu crescimento intelectual e profissional com suas indagações na construção coletiva do conhecimento.

“Enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou.” (Kilomba, 2021, p.2)

RESUMO

A presente dissertação para conclusão do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, tem por objetivo trabalhar com a questão racial, em particular a realidade de mulheres negras, dentro da perspectiva de uma educação antirracista. Visibilizar a produção intelectual de mulheres negras, numa proposta de valorização do saber negro, das narrativas negras, do protagonismo negro.

Sendo as mulheres negras a base de uma sociedade hierarquizada, racista e machista, ressaltar as linhas cruzadas de opressões vivenciadas por elas: de gênero, de raça e de classe. Dialogando com autores que tratam do processo de colonização e a construção de relações hierárquicas entre seres humanos, construção que impôs a visão do colonizador, num processo de inferiorização dos colonizados. Assim como a colonialidade que persiste para além da existência de colônias formais. Ainda destacar a luta contra este processo de apagamento e subalternização e a construção do pensamento decolonial, como forma de afirmar a centralidade da perspectiva dos povos que foram colonizados e que reagem e sempre reagiram ao domínio do opressor. Também destacar o Ensino de História, interligando a produção da intelectualidade negra às práticas docentes e as conquistas concretas na educação, como as leis para inclusão da história africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica e as diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais.

Identificar o processo de tentativa de epistemicídio das populações dominadas, que tinha por objetivo a construção de uma única narrativa da história. O epistemicídio visto como uma forma de sequestro e assassinato da razão, anulando a negritude enquanto sujeito do conhecimento, com o propósito de inferiorizar intelectualmente o povo negro, criando um imaginário social a fim de naturalizar a subalternização de uns e a superioridade de outros. Em seguida centrar a análise na questão da intelectualidade negra feminina, numa perspectiva de representatividade, questão identitária, protagonismo e a percepção de que todos somos sujeitos históricos e sujeitos do conhecimento. Neste contexto, destacar a produção intelectual de duas mulheres negras: uma referência do feminismo negro latino-americano, Lélia Gonzalez e uma produção mais contemporânea, Grada Kilomba, que também reflete sobre os silenciamentos impostos a população negra e a urgência dessa população em ganhar voz.

Apresento ainda minha proposição didática de uma produção coletiva de um audiovisual. Proposta a ser desenvolvida por meio de uma oficina com alunos do 3º ano do Ensino Médio, de uma escola estadual na zona oeste do Rio de Janeiro. Partindo da sensibilização sobre a temática, na construção do conhecimento coletivo, no estímulo a

capacidade criadora do educando e o compromisso do educador com a consciência crítica de seus alunos, estabelecendo intimidade entre os saberes curriculares e a experiência social de cada um.

Palavras-chave: Ensino de História – Intelectuais negras – Decolonialidade - Protagonismo

ABSTRACT

This dissertation, which is intended to conclude the Professional Master's Degree in History Teaching, aims to address the racial issue, particularly the reality of black women, from the perspective of an anti-racist education. It aims to make visible the intellectual production of black women, in a proposal to value black knowledge, black narratives, and black protagonism.

Since black women are the basis of a hierarchical, racist, and sexist society, it highlights the intersecting lines of oppression they experience: gender, race, and class. It discusses authors who deal with the process of colonization and the construction of hierarchical relationships between human beings, a construction that imposed the colonizer's vision, in a process of inferiorization of the colonized. As well as the coloniality that persists beyond the existence of formal colonies. Also worth highlighting is the fight against this process of erasure and subordination and the construction of decolonial thought as a way of affirming the centrality of the perspective of people who were colonized and who react and have always reacted to the rule of the oppressor. Also worth highlighting is the Teaching of History, linking the production of black intellectuals to teaching practices and concrete achievements in education, such as laws for the inclusion of African and Afro-Brazilian history in basic education curricula and curricular guidelines for the education of ethnic-racial relations.

Identify the process of attempted epistemicide of dominated populations, which aimed to construct a single narrative of history. Epistemicide is seen as a form of kidnapping and murder of reason, nullifying blackness as a subject of knowledge, with the purpose of intellectually inferiorizing black people, creating a social imaginary in order to naturalize the subordination of some and the superiority of others. Next, I will focus my analysis on the issue of black female intellectuality, from the perspective of representation, identity issues, protagonism, and the perception that we are all historical subjects and subjects of knowledge. In this context, I will highlight the intellectual production of two black women: a reference in Latin American black feminism, Lélia Gonzalez, and a more contemporary production, Grada Kilomba, who also reflects on the silencing imposed on the black population and the urgency of this population to gain a voice.

I will also present my didactic proposal for a collective production of an audiovisual. This proposal will be developed through a workshop with 3rd year high school students from

a state school in the west zone of Rio de Janeiro. Starting from raising awareness about the topic, in the construction of collective knowledge, in stimulating the creative capacity of the student and the commitment of the educator to the critical consciousness of their students, establishing intimacy between curricular knowledge and the social experience of each one.

Keywords: History Teaching – Black intellectuals – Decoloniality - Protagonism

Sumário

I. INTRODUÇÃO⁹

II. COLONIALIDADE E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS¹⁴

III. Ensino de História e o Pensamento Afrocentrado:²⁹

IV. Epistemicídio: Tentativa de assassinato da razão negra³⁹

V. Potência e Protagonismo das Mulheres Negras:⁵⁰

As demandas femininas negras: Diferentes Perspectivas⁵⁹

Lélia Gonzalez: Amefricanidade⁶⁶

Grada Kilomba: Outridade⁶⁹

VI. Proposição Didática:⁷⁴

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS:⁸⁸

VIII. Referências Bibliográficas⁹¹

I. INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado, se insere na linha de pesquisa do programa: *Saberes históricos no espaço escolar* e tem por objetivo trabalhar com a questão racial, em particular a realidade de mulheres negras e a perspectiva de uma educação antirracista. Percebendo a importância das narrativas negras sobre sua própria história e a visibilidade da produção escrita de intelectuais negras. Dentro de uma perspectiva de que escrever é um ato de descolonização (Kilomba,2019) . Parto de uma visão de que quando outros escrevem sobre nossa história, nossas lutas, nossa realidade estamos no lugar de objetos de estudo. Ao escrever nos tornamos sujeitos da nossa própria história. Pretendo centrar minha análise no debate sobre epistemicidio da população negra, na condição feminina e no conceito de interseccionalidade (cruzamento de estruturas de opressões que a mulher negra vivencia – raça, gênero e classe), além da representatividade e a importância da produção intelectual de mulheres negras.

Com este objetivo me proponho dialogar com escritores que tratam da temática, contextualizando esse debate no século XX e século XXI, tendo como referencias a intelectual brasileira *Lélia Gonzalez* e a portuguesa *Grada Kilomba*.

Acredito que para a construção de uma educação antirracista, trazer ao aluno do ensino básico o conhecimento dessa produção intelectual é fundamental na questão da representatividade, do protagonismo, na percepção de se inserirem como sujeitos históricos e da questão identitária. Vejo a escola como lugar privilegiado na desconstrução de paradigmas construídos ao longo de muito tempo numa ótica eurocêntrica e branca.

Minha proposta de pesquisa vem de um trabalho de 30 anos nas escolas públicas do Estado e do Município do Rio de Janeiro, percebendo a dificuldade de um alunado, primordialmente pardo e preto, se identificar como pertencente a raça negra. Vejo então a necessidade de visibilizar e valorizar contribuições de intelectuais e ativistas que constroem narrativas sobre nossa própria história. Neste sentido decidi destacar as narrativas de intelectuais negras, em especial. Porque mulheres negras sofrem opressões cruzadas de gênero, classe e cor, formando a base de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, misógina e racista. Considero importante visibilizar essa produção intelectual para que se tenha referenciais de mulheres negras que produzem conhecimento e questionam as opressões. Narrativas que possam contribuir para afirmações de identidades, pertencimento histórico, social, lutas coletivas, saberes construídos.

Nessa perspectiva procurar responder aos seguintes problemas:

1. Como uma perspectiva negra na produção do conhecimento pode ser entendida como caminho para uma pedagogia decolonial dos currículos?
2. Como a leitura de intelectuais negras pode contribuir para uma educação antirracista e na luta contra a opressão de gênero?
3. Como o debate sobre o conceito de interseccionalidade no Ensino Médio pode pavimentar uma reflexão sobre a condição da mulher negra e a luta por direitos numa sociedade machista e racista?

Pretendo ao longo da dissertação e partindo dos conceitos de epistemicídio negro e interseccionalidade, refletir sobre a importância da intelectualidade negra feminina na construção de um conhecimento decolonial, antirracista, referencial e de resistência.

Tenho como objetivo geral analisar as possibilidades do uso da produção intelectual de mulheres negras no ensino de História como estratégia para trabalhar a representatividade, o protagonismo e as identidades negras. Além disso, destaco como objetivos específicos, investigar a produção intelectual de mulheres negras, enfatizando o processo e o projeto de excluir o negro como sujeito do conhecimento e a resistência a tais políticas, percebendo a escola como lugar para promover uma educação antirracista e contribuir para a construção de uma sociedade que respeite os diferentes protagonismos; identificar como a leitura de intelectuais negras pode contribuir na luta antirracista e antissexista e ainda analisar como o debate sobre o conceito de interseccionalidade pode contribuir para uma reflexão sobre a condição das mulheres negras em uma sociedade racista e machista.

Pensar a intelectualidade negra feminina é pensar narrativas baseadas em visões plurais da realidade, se contrapondo a visão tradicional de intelectual – homem, branco, heterossexual.

Pensar a intelectualidade negra feminina é pensar as mulheres negras em lugares e posições sociais que foram historicamente impedidas de ocuparem, seja pelo racismo, seja pelo sexism. O pacto da branquitude impeliu as mulheres negras a ocuparem espaços subalternizados, os de babás, serviçais, lavadeiras, cozinheiras. Como afirma Lívia Natália:

“A branquitude é aquilo que sustenta a discriminação racial, vez que se constrói como discurso da diferença rebaixadora, numa

tentativa de empreender a fixação dos sujeitos em lugares sociais e históricos a partir da cor da pele.” (SOUZA, 2018, p 756)

No processo histórico diversas mulheres resistiram a ocuparem os espaços que uma sociedade racista e sexista as colocaram, e ousaram fazer a diferença. Ocupando a base de sociedades machistas e racistas, mulheres negras tem a potência de movimentar as estruturas. Como afirmou Angela Davis em 2017, numa Conferência na Universidade Federal da Bahia:

“Quando as mulheres negras se movimentam, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo”

O foco da minha pesquisa em intelectuais negras e o ensino de História se deve a busca por visibilizar a produção intelectual dessas mulheres que refletiram e refletem seus tempos e suas histórias e produzem saberes. Esses saberes são representativos de muitas vozes silenciadas ao longo da história. Visibilizar esses saberes para que outras vozes possam se erguer e que não sejam apenas representadas por poucas, mas que se coloquem também no lugar de sujeito histórico e produtores de conhecimento.

O racismo se exerce de diferentes maneiras em diferentes lugares do mundo. A negação do racismo, que cala todas as diferenças é uma estratégia da branquitude. O discurso de que não é questão racial e sim socioeconômica, desmorona na vivência de homens e mulheres negros/as que ocupam lugares sociais de prestígio e continuam vivendo experiências racistas. A colonização mental vigora, a invisibilização e a estereotipação de mulheres negras que ocupam lugares de gestora do conhecimento é a confirmação de um sistema racista e sexista. (Souza, 2018)

Pensar a intelectualidade negra feminina é pensar a potência da mobilização feminina negra para movimentar as estruturas da sociedade brasileira, hegemonicamente capitalista, machista e branca. Dialogar com vozes femininas na lógica da construção de uma sociedade que valorize e respeite a diversidade da qual é formada. A luta de mulheres negras ao longo da história tem sido fundamental para mudar as perspectivas das próprias lutas travadas por mulheres e o povo negro. Visto que as mulheres negras constituem a base de uma sociedade hierarquizada, suas demandas são específicas tanto dentro do movimento feminista quanto no interior dos Movimentos Negros no Brasil.

É inerente ao Ensino de História o comprometimento com uma educação plural que respeite as diferentes formas de existência das sociedades humanas.

Em um país formado pelo racismo, genocídio, epistemicídio e exploração da força de trabalho da população negra, no qual persiste uma forma social escravista. Onde sistematicamente se relata crimes motivados pelo racismo e discriminação racial, seja pela criminalização da juventude negra, seja pelo racismo cultural e religioso ou pela persistente falta de acesso a postos de comando na sociedade. É fundamental a aula de história visibilizar a temática racial. Com a finalidade de debater uma temática tão presente em nosso cotidiano, no ensino básico, para que possamos contribuir para a construção de uma sociedade que integre a diversidade e respeite a pluralidade.

A produção intelectual de mulheres negras, que sofrem cruzamentos de opressões é uma fonte potente para visibilizar o negro como sujeito do conhecimento. Nesta perspectiva contribuir para uma educação antirracista.

No primeiro capítulo, Colonialidade e Estudos Pós-Coloniais, procurei destacar como a modernidade/colonialidade inaugurou uma cosmovisão eurocentrada e impôs este modelo a todos os povos subjugados, num processo de intensa violência. E como mesmo após a descolonização permanece a lógica da colonialidade. A decolonialidade é a luta contra essa lógica e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos, sendo necessário uma multiplicidade de atitudes decoloniais a fim de transformar a realidade social. Trata-se de um projeto coletivo, é no pensar, criar e agir juntos o caminho para desestabilizar a lógica da colonialidade.

No segundo capítulo, Ensino de História e o Pensamento Afrocentrado, me proponho a enfatizar um projeto de construção do conhecimento a partir dos grupos subalternizados no processo colonizador. Enfatizar a colonialidade do poder, do ser e do saber e pensar estratégias de transformar a realidade a partir da cosmovisão do sul global. Destacar a importância do ensino de história e da instituição escolar nesta construção coletiva de superação de uma colonialidade imposta, num processo de exclusões, silenciamentos e apagamentos de visão de mundo, de significados, de símbolos e de saberes. Entendendo a transmoderna como esse projeto ético, político e epistêmico, de crítica a visão da Modernidade eurocêntrica.

No terceiro capítulo, Epistemicídio: Tentativa de assassinato da razão negra, procuro a partir, principalmente da leitura de Sueli Carneiro, esclarecer o conceito de epistemicídio que a população negra foi alvo no período da escravização, mas também, e até mais profundamente no pós-abolição numa tentativa de desqualificar a população negra como

sujeito do conhecimento e portanto, desqualificá-la para os postos dirigentes da sociedade. Processo de tentativa de extermínio de corpos e saberes, a fim de manter os privilégios da branquitude. Avaliar como o tempo todo o Estado brasileiro controla essa população, seja desqualificando seus saberes, seja matando seus corpos.

No quarto capítulo, Potência e Protagonismo das Mulheres Negras, é o ponto central dessa dissertação, onde procuro avaliar as lutas dessas mulheres contra a invisibilidade. Como a construção da luta passa por embates mesmo dentro de movimentos sociais que dizem representá-las, mas que na verdade acabam reproduzindo práticas de uma sociedade racista e machista, como o caso do movimento feminista que acabou reproduzindo o racismo estrutural e os movimentos negros que acabam reproduzindo o sexism. Mostrando como essas mulheres vem se organizando, seja em África, seja na Diáspora. Em diferentes perspectivas de lutas, mas todas com o objetivo de dar voz as suas demandas.

No quinto capítulo é onde apresento minha proposição didática, a fim de dar visibilidade a voz dessas intelectuais negras em meio ao alunado do Ensino Médio, com o objetivo de construir o conhecimento coletivamente, através de uma oficina que inclui leitura de textos, debates, assistir vídeos, debater categorias relacionadas a temática em questão, construir cartas a partir da leitura das duas intelectuais de referência da minha pesquisa, na construção de vídeos, enfim que o conhecimento construído em sala de aula se relate com o vivido fora dos muros da escola para que exista significado na aprendizagem. Assim contribuindo para que temas tão sensíveis no cotidiano da sociedade brasileira sejam enfrentados, debatidos para que se estabeleça a construção de uma educação antirracista, contribuindo para a formação de uma sociedade antirracista.

II. COLONIALIDADE E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

“... enquanto a modernidade ocidental atingiu uma identidade ao inventar uma narrativa temporal e uma concepção de espacialidade que fez parecer como espaço privilegiado da civilização em oposição a outros tempos e espaços, a busca por uma outra ordem mundial é a luta pela criação de um mundo onde muitos mundos possam existir, e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente.”

(MALDONADO-TORRES, 2020, p 36)

O colonialismo inaugurou um novo modelo eurocentrado, no qual a linha fundamental é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção cultural que expressa a experiência básica de dominação colonial. Este eixo permanece para além do colonialismo, implicando num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico.

Partindo da concepção de Maldonado-Torres, o conceito de colonialismo vincula-se à formação histórica de territórios coloniais; o de Colonialismo Moderno aos modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo e o de Colonialidade a uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. (Maldonado-Torres, 2020,p.35) A descolonização refere-se ao momento histórico em que os sujeitos coloniais se insurgiram contra os impérios e conquistaram a independência. A decolonialidade é a luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos.

Materiais, pois o mundo colonizado é um mundo dividido em dois, marcado pela opressão e violência. Um dos lados habita o lugar da oportunidade, dos bem alimentados, da cidade iluminada. O outro habita o lugar da necessidade, da falta de oportunidade, da fome. Realidade forjada no processo colonizador e, em muitos aspectos, mantidos no pós-colonização. Simbólicos, pois as representações ocidentais modernas pressupõe conceitos de progresso, soberania, sociedade, razão que estabelece uma distinção do que é moderno e o que é primitivo, numa visão hierárquica e paradigmática, com o intuito da desvalorização das representações simbólicas dos povos dominados. Epistêmico, pois submete a procedimentos educacionais de contenção, exclusão e assimilação. Concepção de sociedade ditada pelas elites econômicas, intelectuais e políticas. Como afirma Sueli Carneiro:

A desmoralização cultural do Outro realiza a um só tempo a supervalorização do Mesmo e a negação do Outro . A animalização será um

atributo inerente a uma incompletude humana que se manifesta mais na resposta dos instintos primordiais do que nas exigências de uma racionalidade condutora da ação.(Carneiro, 2023, p.102)

A modernidade ocidental impõem uma lógica de superioridade de uma civilização em comparação a outras consideradas primitivas, selvagens e incivilizadas. A lógica colonial e suas representações continuaram existindo. Neste contexto, a decolonialidade assume um papel central na luta contra essas permanências, contribuindo para combater a linearidade da temporalidade que integra a percepção do saber europeu.

O sujeito colonizado se reinventa e se afirma no processo através do qual se liberta, na medida que o sistema colonial é um regime de opressão, de construção da submissão a fim de amenizar o trabalho das forças de segurança pública, estes que são os interlocutores dos que dominam, o aparelho de repressão, intermediário do poder, que usa uma linguagem de pura violência. (Fanon, 2022) O colono se impôs por meio de suas armas e o processo colonizador impôs uma perversa realidade de uma sociedade fragmentada pela cor da pele, sendo assim as condições matérias das pessoas se construíram a partir da raça, esta categoria define se faz parte da cidade faminta ou da cidade próspera.

O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como base principal para distinguir status e valor. Uma cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica em relação ao outro de colocá-los como “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens”, “primitivos”. Cosmovisão que vê o europeu como Homem Universal e seu principal contraste: o negro africano. Foi no contexto da colonização que se constituiu a branquitude. Os brancos estipularam e disseminaram o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negação e atos de repressão. A escravização moderna instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior.

Em todos os lugares em que houve o processo de expansão colonial europeia se construíram os alicerces ideológicos da branquitude, consolidando “*o modo imaginário como posições de inferioridade para o aprisionamento do outro...*” (Bento, 2022, p27) A branquitude surge então como espaço privilegiado, de poder, construído historicamente. Neste sentido a branquitude é sinônimo de opressão e dominação, não é identidade racial, é um ponto de vista, um lugar do qual as pessoas brancas olham a si mesmas e aos outros, um posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais. (Bento, 2022)

A ideia de raça fundamentou a relação entre conquistadores e conquistados numa construção pedagógica e cultural que procurou consolidar a ideia de que a situação de

inferioridade, a qual os conquistados foram colocados, se constituía em uma “situação natural”, o discurso forjado tinha o intuito de consolidar esta narrativa e, além disso, internalizá-la, inclusive naqueles que foram dominados. Na dominação da América engendrou-se identidades sociais historicamente novas: indígenas, negros, mestiços e uma conotação racial, associando tais identidades às hierarquias, lugares e papéis sociais, ou seja, era o padrão de dominação que se impunha. Nesta perspectiva o negro era o explorado mais importante, a “raça” colonizada, já que do seu trabalho dependia a economia colonial.

A ideia de raça foi uma maneira de dar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista, sendo o mais eficaz e durável instrumento de dominação. Assim como afirma Aníbal Quijano (2005, p. 108): “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais.”

Impôs-se assim uma sistemática divisão racial do trabalho. O negro foi reduzido à escravidão enquanto portugueses e espanhóis podiam receber salários, ser artesãos, comerciantes. A distribuição racista do trabalho no interior do colonialismo manteve-se ao longo de todo o período colonial e se estendeu para além dele. A privilegiada posição do europeu a partir do controle de metais preciosos e outras mercadorias vindas da América possibilitou a expansão do domínio sobre outras regiões do mundo. Constitui-se uma nova identidade geocultural, a Europa Ocidental, estabelecida como sede central do controle do mercado mundial.

Nas regiões não-europeias o trabalho assalariado concentrava-se quase que exclusivamente entre brancos. Os europeus associaram o trabalho não-pago ou não-assalariado com as raças dominadas. Os indígenas foram usados como mão de obra descartável, posteriormente foram submetidos à servidão e a mão de obra negra à escravidão. Como afirma Quijano (2005, p. 110), tal situação “[...]desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos.”

O menor salário de não-brancos pelo mesmo trabalho desempenhado por brancos, ainda hoje nos atuais centros capitalistas, não pode ser explicado sem esclarecer a classificação social racista da população do mundo. Em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa pôde impor seu domínio colonial sobre as regiões e populações do mundo, incorporando-as ao seu padrão específico de poder, atribuindo a essas populações novas identidades geoculturais.

Reprimiram o quanto puderam as formas de produção do conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico. Em menor escala

na Ásia, mas profunda entre os povos americanos e africanos. Além de forçar a assimilação de valores culturais europeus. Este processo de transformar-se no centro da modernidade, desenvolveu nos europeus o etnocentrismo, “*a classificação racial universal, ajudam a explicar porque os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores.*” (Quijano, 2005, p.111) visto que a narrativa construída procurou consolidar e internalizar tal ideia, a fim de justificar as invasões, as violências, a espoliação do outro. Como afirma mais uma vez Quijano (2005, p.111): “*Os europeus geraram, uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa*”

Valorizar as epistemologias do Sul global não implica em descrédito do conhecimento científico, implica sim, na sua utilização contra-hegemônica. Promover a interação e a interdependência entre saberes científicos e outros saberes. Nenhuma forma de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas as formas de conhecimento são incompletas. Esta perspectiva inclui também a coexistência de diferentes concepções de temporalidade. Importa desnaturalizar as monoculturas do saber, a perspectiva da pluralidade é uma epistemologia desestabilizadora na medida em que impõe uma crítica radical.

As relações entre Europa Ocidental e o restante do mundo, foram codificadas num jogo de novas categorias: Oriente-Ocidente, primitivo-civilizado, mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno, não-Europa-Europa. O eurocentrismo se fundamenta em dois mitos: 1. A ideia de uma trajetória histórica da civilização humana que parte de um estado de natureza e culmina na Europa; 2. Outorgar sentidos à diferença entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza racial e não histórica de poder. Assim, a Europa se colocou como exclusiva criadora e protagonista da modernidade e conseguiram difundir e estabelecer essa perspectiva como hegemônica.

Como esclarece Edward W Said , a Europa desenvolveu teorias para impor seu domínio, como a própria concepção de orientalismo, “*um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.*” (Said, 1990, p.15) Oriente e Ocidente são construções humanas e essas duas entidades geográficas refletem uma a outra. O orientalismo construiu a ideia sobre o Oriente, independente do Oriente real. A relação entre Ocidente e Oriente é uma relação de poder e dominação, portanto, as ideias construídas pelo Ocidente se relacionam com configurações de poder. O principal componente da cultura europeia é a ideia de uma identidade como sendo superior em relação a todos os povos e culturas não europeias.

Ideias permeadas por doutrinas de superioridade, vários tipos de racismo e imperialismos. A relação entre Ocidente e Oriente se estabelece a partir de fundamentações políticas, econômicas e militares, a partir da ótica de potências com interesses específicos no Oriente. Como afirmou no seguinte trecho de “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”:

[...]Jo exame imaginativo das coisas orientais estava baseado mais ou menos exclusivamente em uma consciência europeia soberana, de cujo incontestável centralidade surgiu um mundo oriental, primeiro de acordo com as ideias gerais sobre quem e o que era oriental, depois segundo uma lógica detalhada governada não apenas pela realidade empírica, mas por um conjunto de desejos, repressões, investimentos e projeções. (Said, 1990, p.19)

Essa pretensão eurocêntrica de ser exclusiva produtora e protagonista da modernidade, não tem base na realidade, visto que, o avanço racional-científico é um fenômeno presente em todas as culturas e em todas as épocas históricas, portanto o desenvolvimento científico tecnológico é inerente a todas as sociedades humanas. Mas, o conceito de modernidade vai além do desenvolvimento tecnológico, é a tentativa de homogeneizar as formas básicas da existência social de todas as populações de seus domínios, tendo como lente os valores europeus, o saber europeu, a cosmovisão europeia. A heterogeneidade histórico-cultural não foi erradicada, mas a globalidade dessa categoria implica em uma base de práticas sociais comuns. Para consolidar seus domínios, as instituições tem que ser universais: Estado-Nação, família burguesa, racionalidade eurocêntrica.

O eurocentrismo é uma perspectiva que se iniciou na Europa Ocidental e foi se tornando mundialmente hegemônica, consolidada pela necessidade de um padrão mundial de poder capitalista. Trata-se de uma específica racionalidade sobrepondo-se as demais. Como afirma Aníbal Quijano (2005, p. 116): “*o padrão de poder baseado na colonialidade implica também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro do qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior e sempre primitivo.*” Lembrando que a constituição da Europa como sede do controle das rotas atlânticas foi feita com o trabalho compulsório de indígenas, negros e mestiços na América e suas técnicas avançadas na mineração, na agricultura e seus respectivos produtos.

As violências físicas, psíquicas e simbólicas marcaram a construção do mundo colonial, destruindo incansavelmente as formas sociais nativas. Processo de desumanização dos dominados, construindo o discurso pelo qual as sociedades colonizadas não tem ética e, além disso, é impermeável a ela. São inimigas de quaisquer valores, neste sentido,

representam o mal absoluto. Seus costumes e mitos passam a representar a marca dessa indigência. A Igreja assume o papel de trazer o colonizado para o caminho dos brancos, através de um discurso disseminador da construção da alienação e subalternização, conduzir para o caminho da opressão. Mas como afirma Frantz Fanon, o sujeito colonizado “É dominado, mas não domesticado. É inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade.” (Fanon, 2020, p49)

A descolonização é um conceito fundamentalmente alinhado ao conceito de libertação. Independência não significa descolonização, na medida em que lógicas coloniais e suas representações podem continuar existindo. A teoria decolonial reflete sobre o senso comum e os pressupostos científicos sobre tempo e espaço, conhecimento e subjetividade. Um caminho para identificar os modos pelos quais os sujeitos colonizados vivenciaram a colonização, fornecendo elementos para superar o discurso e o saber hegemônico na busca de uma perspectiva decolonial.

Se contrapor às teses de hierarquia de culturas e de superioridade das modernidades ocidentais é essencial, mas não suficiente para superar a lógica colonial de progresso, soberania, sociedade, subjetividade, gênero e razão que divide moderno e primitivo. Este “padrão de civilização” foi engendrado no contexto da conquista da América, delimitando que ao mundo colonial faltava civilização, postulou-se o projeto de civilizar o incivilizado e desenvolver as suas instituições nestes territórios. (Maldonado_Torres, 2020)

Na construção da narrativa dos que dominavam, territórios indígenas são apresentados como “descobertas”, a colonização como veículo de civilização e a escravidão como caminho para ajudar o primitivo, o não-humano a se tornar disciplinado. A colonialidade no mundo moderno foi colonialidade do poder, do saber e do ser. O mundo moderno é uma permanente guerra contra o povo colonizado, seus costumes e suas criações.

Os conflitos são sempre permeados por ações de extermínio, expropriação, dominação, exploração, morte, tortura, estupro. Tudo isso ocorreu na modernidade/colonialidade sistematicamente. Assim como as terras, as culturas também são tomadas por formas de pensamento que promovem a colonização e a autocolonização. A colonialidade organiza múltiplas camadas de desumanização, a partir da naturalização da guerra e da hierarquia entre humanos, fortalecida no processo de colonialidade. Um processo que envolve poder, mas também o saber e as imposições de um modo de ser. Na articulação de formas de ser, saber e poder que a colonialidade-modernidade produziu sistematicamente lógicas coloniais.

A colonialidade do ser, do poder e do saber, envolve a lógica colonial, a colonialidade dos sentidos, a percepção de si e do mundo, envolvendo a concepção de tempo, espaço, experiências. Tal processo de colonialidade tem em comum o sujeito colonizado. Sujeitos que são “descobertos” junto com suas terras, retiram-lhes o potencial de sequer serem empecilhos para a conquista de seus territórios. A colonialidade objetiva manter os sujeitos colonizados em “seus lugares”.

Pensar os conceitos de colonialidade e decolonialidade, coloca no espaço central do debate este sujeito colonizado, questionador e potencial agente, longe portanto, da perspectiva colonial de subumano dócil. Esta perspectiva incomoda e traz temor, na medida que concebe o colonizado como agente, pois reivindicações por justiça são confundidos com atos de vingança. A decolonialidade se relaciona a uma atitude, uma atitude decolonial. Como afirma Maldonado-Torres : *“O sujeito colonizado [...] tem o potencial de se distanciar dos imperativos e normas que são impostas sobre ele e que buscam mantê-lo separado de si.”* (Maldonado_Torres, 2020, p44)

A atitude decolonial representa uma oposição firme aos pressupostos da modernidade-colonialidade. Requer também a formação de comunidades. Não é uma jornada individual perceber que a descolonização é um projeto inacabado e lutar pela decolonialidade do poder, do saber e do ser. Escrever, contar a própria história, se colocar como sujeito do conhecimento é se comprometer com a decolonialidade como um projeto. A mente do colonizado está dominada por ideias que o fazem confirmar a colonialidade do saber, poder e ser. A mudança passa pela formulação de questões críticas que partem de experenciar a opressão, a violência, o epistemicídio. A escrita é uma forma de reconstruir a si mesmo. A decolonialidade pressupõe um saber pedagógico crítico, mas também sentidos reavivados buscando afirmar conexões. Neste sentido, a criação artística e científica decolonial buscam manter o corpo aberto, como uma fonte contínua de questões, um corpo preparado para agir. A perspectiva decolonial inclui a decolonialidade do tempo, do espaço, da subjetividade, da espiritualidade. A estética decolonial tem o caráter de ligar e interligar, conectar e reconectar o eu consigo mesmo, o conhecimento com as ideias, as ideias com as questões, as questões com o modo de ser. (Maldonado-Torres, 2020)

É necessário uma multiplicidade de atitudes decoloniais para transformação da realidade social. O pensamento, a criatividade, a espiritualidade fazem parte das estratégias de superação da colonialidade. A decolonialidade exige uma suspensão da lógica de reconhecimento e uma renúncia das instituições e práticas que mantém a modernidade/colonialidade. Pensamento, criação e ação confluem para a transformação.

Sendo este um projeto coletivo. É no pensar, criar e agir juntos o único caminho para perturbar e desestabilizar a colonialidade do saber, do poder e do ser e assim, mudar o mundo.

A partir da contradição do amor e da raiva subverter a lógica da colonialidade a partir do: 1. Questionamento, do pensar, do teorizar, buscando a decolonialidade do saber; 2. Criatividade, arte e espiritualidade, buscando a decolonialidade do ser e 3. O ativismo social, a ação, buscando a decolonialidade do poder.

O desafio dos estudos decoloniais consiste em poder reconhecer a diversidade sem atropelar a unidade, reconhecer a continuidade sem menosprezar a mudança. (Maldonado-Torres,2006) No século XXI, foi importante a introdução de Estudos Étnicos nas universidades, em especial estadunidenses. Estes estudos são resultado de protestos de movimentos sociais, não davam expressão aos interesses políticos das elites. Não servindo ao propósito de uma Europa que se pensava como clímax da civilização humana e que concebia os outros como atados ao passado e à tradição, mas aos de uma jovem nação que estava muito familiarizada com a possibilidade da mudança (de colônia, a Estado-nação, a império). Os protagonistas não eram as elites brancas, mas setores sociais racializados e marginalizados por elas: indígenas, negros, imigrantes da China, do Japão, da Coréia, do Vietnam e outros lugares da Ásia e da América Latina. Os Estudos Étnicos tomavam como objetos de pesquisa as distintas comunidades étnicas de cor dos Estados Unidos: afro-americano, asiático-americano, povos indígenas e latinos. Esses estudos estavam fundamentalmente orientados pela tarefa de empoderamento das comunidades despojadas de recursos de forma sistemática, ou seja, orientados por uma agenda decolonial interna. Preocupados com as questões identitárias, fundamentais para o processo de pluralidade epistêmica. A questão primordial de tais estudos são as minorias étnicas dentro de uma nação.

Estes grupos destacavam as continuidades nas formas modernas de poder que continua oprimindo e marginalizando. As ciências sociais na pós-modernidade se recusa a generalizações, mas como compreender o racismo dessa forma? Pois ele é construído por generalizações. Para sujeitos racializados, o mundo não mudou tanto. Os temas centrais para os estudos decoloniais passa pelo significado do sujeito racializado se converter em sujeito do conhecimento, sua primordial inspiração é o grito do colonizado ante uma realidade desumanizadora, procura responder ao absurdo que significa a morte, o genocídio e a racialização de humanos por outros. O grito e o pranto gradualmente se tornam uma atitude crítica, uma atitude decolonial, que serve a uma forma de conhecimento que interrompe a estrutura das ciências estabelecidas. (Maldonado-Torres, 2006)

O pensamento decolonial objetiva construir uma nova realidade subjetiva, um novo eu e um novo mundo. Na superação do momento da crítica e na produção de uma nova visão do humano. Onde os interesses identitários seriam suspensos objetivando a construção de um novo mundo, muito além das dinâmicas de colonização e racialização material, epistêmica e espiritual. A dinâmica de atitudes decoloniais marca a luta dos grupos racializados na sociedade brasileira, tão profundamente marcada pela colonialidade, que persiste para além do processo colonizador.

Nossa história é profundamente marcada pela brutalidade contra os povos originários e a população negra. Essa violência se explicita no Brasil hoje “...*acabado formalmente o terror infligido pela tortura física ao escravo, permanece a violência latente sobre o corpo do cidadão negro, a ser concretizada pela repressão policial.*” (Sodré, 2023, p148) Mas porque a herança da escravidão é evidenciada para o povo preto e não para os privilégios brancos? Aqueles/as que protagonizaram a escravidão, os que perpetraram violências, expropriaram o trabalho e tantas outras barbaridades sobre uma população. A marca da escravidão está sobre os racializados, enquanto a branquitude se vê como não participe de todo esse processo. Em várias narrativas a escravidão deixa marcas, sempre negativas no povo negro, mas quase nunca se fala da herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas. Uma narrativa de silêncio cumplice da branquitude. Mesmo os brancos pobres da classe trabalhadora se beneficiam do legado da opressão racial.

No pós-abolição, o racismo enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas passa por um processo de perpetuação e reforço. Tal ideologia tem por objetivo manter o negro “em seu lugar” no sistema de exploração de classe. A eficácia de um discurso ideológico é dada pela sua internalização por parte dos atores, tanto os beneficiados quanto os prejudicados. O racismo tem eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho. A população negra é a que vai constituir a massa marginal crescente. A população negra no pós-abolição foi marginalizada no processo competitivo quanto ao mercado de trabalho, pois foi substituída pela mão de obra imigrante. (Gonzalez, 2020) A ideologia do branqueamento e a exaltação da miscigenação são as expressões mais acabadas de nossa “democracia racial”¹. O mito da democracia racial encobre a trágica realidade vivida

1 Como afirma Djamila Ribeiro (2019), o racismo é um sistema de opressão que nega direitos e é uma estrutura fundamental das relações sociais, gerando desigualdades. A prática antirracista é urgente e tem que acontecer nas atitudes mais cotidianas. Os mitos que fundam as peculiaridades do sistema de opressão racial brasileiro tem que ser identificados. A “democracia racial”, é o mais conhecido e nocivo. O livro de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala”, consolida a ideia de harmonia entre negros e brancos, revelados na miscigenação e ausência de leis segregacionistas. A obra de Freyre rompe com a tradição que legitimava o racismo científico, mas contribui para consolidação de uma falsa ideia de “democracia racial”,

pelo negro no Brasil. Se não ascende socialmente e não participa dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é o próprio. Este discurso justifica a indiferença e ignorância do grupo social dominante, em relação à questão do negro. Ademais, as práticas da democracia racial contribuem para o “naturalizar” das diferenças alargando as desigualdades sociais na sociedade brasileira.

A afirmação de que todos são iguais perante a lei assume caráter claramente formalista. As hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante. O racismo mantém negros e indígenas na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas, devido o discurso do branqueamento. O racismo é uma estrutura de dominação, exploração e exclusão social. Ser branco e ser negro são considerados polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos da racialidade. (Carneiro, 2023)

No Brasil, devido à baixa cultura republicana, com relações políticas pautadas em compadrio, parentesco, amizades e cooptação grupal, com a transição para a República proclamada por militares, o Império deu lugar a uma República de Fazendeiros. Um país segmentado e controlado por oligarquias latifundiárias, uma Empresa-Brasil, sem Estado, sem Nação, sem República. O Estado configura uma casa-grande sem senzala visível. (Sodré, 2023) O regime republicano foi instaurado para assegurar a continuidade do ciclo patrimonialista de apropriação de riquezas e poder sob as novas condições do capitalismo industrial, acomodando o aparelho do Estado à oligarquia das famílias.

A racialização pós-abolicionista era uma estratégia endocolonial de construção de fronteiras sociais internas respaldada por pseudocientíficos e interesses econômicos a fim de atribuir menor valor salarial a sua força de trabalho como homens livres. O racismo funciona portanto, como estratégia de estratificação social. O racismo pós-abolição é um processo que reproduz a lógica de subalternidade dos descendentes de escravizados, sem a estrutura econômica, jurídica e política de uma sociedade escravocrata. Ou seja, segundo Sodré o racismo é paraestrutural, isto é, fora da estrutura político-jurídica, mas dentro das práticas.

A superexploração do trabalho é uma forma de compensar as perdas da burguesia dirigente frente a suas relações de dependência com o centro capitalista. Nesta perspectiva a população negra está submetida continuamente a mecanismos para impedir sua mobilidade social, dispositivos de poder que fundamentam a discriminação e aprofunda a desigualdade social. O racismo subsiste como um singular efeito parasitário do sistema socialmente

tese esta que paralisa a prática antirracista. Fortalecendo o mito no qual racistas, são os outros. Escamoteando uma realidade de opressões e violências alimentadas pelo racismo.

excludente, levando a classe social a ser sempre racializada. Neste sentido, as relações de classe não esgotam a relação social e o conflito é marcado pela questão identitária. O racismo é transmitido socialmente pela dinâmica institucional, com o objetivo de uma hierarquização excludente da cidadania negra.

O negro foi expulso do sistema de relações de produção e impelido a um sistêmico desajustamento social. (Sodré, 2023) O liberto passa a ser visto como o inimigo público e doméstico, o temor da “rebelião negra”, na prática um histórico projeto classista de transformar o ex-escravizado em excedente estrutural de mão-de-obra. O conservadorismo senhorial brasileiro se reinventa na existência de uma memória coletiva escravista, necessária à manutenção de uma hierarquia nas interações sociais. Por meio do controle, marginalização e criminalização do modo de existência dessa população, exercendo controle penal sobre suas músicas e crenças (racismo cultural). Luís Gama já denunciava a infantilização do liberto no Império, concebido como ente sem voz própria. (Sodré, 2023)

A abolição acabou por transferir uma forma político-jurídica societária da escravidão para uma forma social escravista em que o racismo se revela constitutivo. A dominação e a repressão direta sobre o corpo do indivíduo dão lugar à exploração pelo trabalho. Uma sociedade com forte tradição patrimonialista e senhorial preserva relações sociais de natureza escravista, em que o lugar social dos descendentes de escravizados já está ideologicamente pré-determinado, por meio de barreiras educacionais e empregatícias em um processo de consolidação de um estereótipo imaginário de preguiça e vadiagem que recai sobre a população negra. O racismo institucional não se legitima por leis, ao contrário, temos leis que combatem o racismo, mas é exercido na prática por perversões institucionais, exemplo, a imprensa, que foi ativa no sistema escravista, depois passou de modo titubeante a acolher o movimento abolicionista e por fim, no início da República defendia a imigração europeia, numa política editorial de apagamento da população negra. (Sodré, 2023)

Raça é uma representação baseada em falsos conceitos, tanto biológicos quanto políticos. Inventa-se a raça e as fronteiras raciais destinadas à neutralização político-social dos grupos humanos visados. Era imperativo criar uma pedagogia conceitual para subordinar o concidadão negro, afirmando a supremacia racial do branco. Em sociedades escravistas ou segregacionistas, o lugar do negro se acha marcado. Dentro dessa lógica político-social, numa dinâmica contraditória de relações sociais atravessadas pelo imaginário das raças, o povo negro teve que descobrir um caminho próprio para romper esta dinâmica de espaços fixados por um sistema excludente.

O negro não deveria sair do silêncio, falar sobre si mesmo. O silenciamento é o aspecto mais visível da tortura operada por uma lógica que quer garantir privilégios e usurpar direitos. No Brasil, a forma social escravista é a reconstrução como forma expressiva de uma realidade desejada pelas elites dirigentes. A forma social é onde o singular e o universal se reconciliam. Nesta perspectiva o individuo negro é socialmente apreendido a partir da abstração conceitual do fenômeno da escravidão. A forma induz intuitivamente a um clima social concreto e extensivo a todos, visto que se trata de uma sensibilidade coletiva.

A forma social escravista não é um pacto, mas a unidade de elementos múltiplos, de natureza diversa, são os discursos e os afetos que compõem a vida social. Os elementos do medo coletivo, medo como potência politicamente produtiva, ao negro se relacionava ao longo do processo escravista com a insurgência. Na escravidão, a punição do escravizado era um meio sistemático de infligir o medo. O Estado escravagista, fundamentalmente terrorista, temia a latência das insurreições. (Sodré, 2023)

O racismo cultural contribuiu para o incremento do medo e do desprezo por parte da pequena burguesia embranquecida. Discriminação destinada a desqualificar qualquer coerência litúrgica dos afrodescendentes. Os cultos afros são transfigurados em feitiçaria ou histeria coletiva. A participação incontestável do escravizado em diversas atividades econômicas transfigura-se para sua “incapacidade para o trabalho fabril”, a contribuição negra para a formação da sociedade brasileira é sempre colocada no passado escravista. A possibilidade ética de abertura de sua presença no mundo como sujeito de liberdade e de dignidade é negada.

Escamoteou-se o protagonismo negro na longa movimentação libertária pela abolição da escravatura. A forma social escravista cria uma unidade sobre uma diversidade de elementos, nega a pessoa do negro como nega igualmente o racismo. O ethos autoritário da velha ordem semicolonial permaneceu intacto na modernização conservadora e excludente que caracterizou a transição republicana. O falar difícil dos doutores como dominação sobre as massas iletradas, uma marcação discursiva da senhorialidade implícita no patrimonialismo dominante.

No contexto dos anos finais da década de 1990, com o Movimento Negro e intelectuais negros, se afirmava a existência de uma perspectiva negra da teoria educacional, a que se insere numa produção decolonial latino-americana. Ainda que em lugares pouco hegemônicos, era realizada o reconhecimento e divulgação de estudos teóricos de pensadores e militantes negros que atuavam na vida política, acadêmica, artística como produtores de conhecimento (Gomes, 2020). Eram debatidas temáticas como: Questão racial, africana,

colonial, machismo, mulher, juventude negra, cultura, educação, política, entre outros. De acordo com Nilma Lino Gomes:

[...] *Pesquisadores negros discutiam como retirar os conhecimentos produzidos pela população negra brasileira e as discussões sobre África e diáspora africana do lugar de marginalidade e da subalternidade epistemológica que lhes era imposta* (Gomes, 2020, p. 224)

Visibilizar autores negros , lideranças negras que participaram das principais mudanças emancipatórias do povo negro, conhecer as disputas acadêmicas da produção do conhecimento brasileiro, faz parte de um processo de ruptura epistemológica e política no sentido de descolonizar os currículos e o campo do conhecimento. Em um movimento de crítica aos padrões coloniais de poder, de raça, de trabalho e de conhecimento. A construção do conhecimento plural, diverso, decolonial, visibilizando os diversos protagonismos, nos permite conhecer diferentes práticas e saberes que produziram diferentes formas de ser humano. O pensamento emancipatório é construído pelos movimentos sociais nas lutas cotidianas e nas instituições educacionais, em um ambiente de tensões , disputas de práticas e de conhecimento (Gomes, 2020)

Ao mesmo tempo vemos a persistência da colonialidade nas escolas de educação básica que se materializa por meio dos currículos, estes vistos como território de disputa. Embora tenhamos currículos ainda que persiste em uma história linear e eurocêntrica, as mudanças conquistadas pela luta de intelectuais e militantes negros ao longo de nossa história, como a Lei 10639/03² nos garante a possibilidade legal de entrarmos neste debate sobre a construção do conhecimento. As discussões decoloniais que estão presentes na academia desde o final dos anos 1990, especialmente, mas já vem sendo colocada por militantes e intelectuais negros bem antes dessa marca temporal, tem que chegar no chão da escola. Isto tem acontecido ao longo do tempo por diversos profissionais que tem esse compromisso com uma educação plural.

Na segunda década deste século temos uma multiplicação de vozes negras, especialmente nas mídias alternativas, como AD Junior, formado em Comunicação e Literatura Inglesa. Seu canal é um espaço de diálogo e discussão sobre racismo estrutural, cultura negra e diáspora negra; Spartakus Santiago, publicitário que traz questões sobre artpop, mas também temas ligados à comunidade LGBTQIA+ sob o ponto de vista negro,

² Alterada pela Lei nº 11645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas de ensino básico.

racismo e afins; Nataly Neri, cientista social que em seu canal Afros e Afins discute questões relacionadas à negritude; Gabi Oliveira, formada em Relações Públicas pela UERJ, no seu canal De Pretas fala sobre questões de beleza, raça e feminismo; são exemplos de alguns jovens negros protagonistas com uma fala pautada em leituras muito consistente e que erguem a voz, não permitindo o silenciamento dessas questões e que alcançam muita gente. Na grande mídia ainda persiste uma imensa desigualdade, mas algumas referências tem levantado sua voz nos últimos anos para visibilizar questões relacionadas a vivência da população negra, se fazendo presente e por estarem na grande mídia tem um alcance maior. Podemos citar nomes como Djamila Ribeiro, filósofa, escritora, acadêmica e feminista; Sueli Carneiro, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra e tantos outros que não se furtam a discutir publicamente a situação socioeconômica, cultural, psicológica da população negra no Brasil. A intensificação do movimento antirracista nas universidades, nos coletivos de militância que inibem a transmissão racial inerente a diversos discursos que pautam a forma social escravista. O Brasil é uma dinâmica múltipla de identificações evidenciadas pela forte heterogeneidade sociocultural da realidade sul-americana.

Qual a possibilidade de ruptura com o paradigma de exclusão? É nas resistências negras, insurgências contra a subordinação e o epistemicídio que submete a negritude no Brasil. Como afirma Sueli Carneiro: “*É na força da autoestima, do reconhecimento da própria autonomia, dos exemplos, da conquista da memória e da ação coletiva, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação*”. (Carneiro, 2023, p. 14)

Neste sentido a luta antirracista passa por correções operadas pela linguagem “politicamente correta”, pela penetração gradual em espaços anteriormente vedados, como as universidades e os meios de comunicação. A visibilidade confere uma alavanca político-social à cidadania desvalorizada.

Passa pela escola. Se ela já foi elemento de discriminação, exclusão e reprodução de preceitos racistas da sociedade brasileira, hoje ela é espaço de disputa. Lugar privilegiado para o debate sobre a questão racial e de transformação, na medida que ela é plural e deve abarcar a diversidade da sociedade brasileira. A escola pode ser espaço de reprodução de práticas racistas, mas para aqueles comprometidos com a construção de uma sociedade que respeite as diferenças, ela é lugar fundamental para construir uma sociedade na qual a diferença não seja sinônimo de desigualdade.

Portanto, diante desta perspectiva decolonial é de fundamental importância que os alunos do ensino básico leiam autores e autoras negros, que produzem escritas de como

percebem o mundo, com o objetivo de terem referencias plurais, contrapondo ao discurso hegemônico que coloca o negro na condição subalternizada. Percebendo que é uma herança do colonialismo, perpetuada no pós-abolição, que para manter a população negra longe dos postos de decisão, reforçaram e tentaram legitimar a condição do negro de subalterno, num processo de excluir o negro como sujeito do conhecimento.

III. ENSINO DE HISTÓRIA E O PENSAMENTO AFROCENTRADO:

“Sabendo que existe um espaço de luta, a chamada luta étnica, que é o espaço da gente, quer dizer, botar pra fora o que nós somos, de uma maneira como sabemos nos impor, não precisa de jogo de cintura, nem malandragem, quem faz isso são as pessoas que exercitam sua cabeça assim, mas nós não precisamos disso. Nós podemos entrar forte nessa sociedade porque ela não tem meios eficazes para destruir a nossa capacidade de ser humano.” (Beatriz Nascimento, 2022, p.142)

Existe espaço de luta para expor o que somos, da maneira que sabemos. A escola pode ser um desses espaços. Com uma educação plural, numa perspectiva da diversidade torna-se um espaço valioso para afirmar a multiplicidade de visões de mundo.

A colonização no âmbito do saber é fruto de um longo processo de colonialidade, que reproduziu as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência do dominador . Elucidar historicamente a colonialidade do poder, do ser, do saber e pensar estratégias de transformar a realidade é tarefa do projeto decolonial, enraizado nas lutas políticas de resistência e reexistência das populações afrodiáspóricas e africanas, indígenas e terceiro mundistas. (Costa, Torres, Grosfoguel, 2020)

Este projeto está inserido em mais de 500 anos de luta de populações afrodiáspóricas, de mulheres negras, dos quilombolas, dos diversos movimentos negros, dos jovens da periferia, da arte negra, da religiosidade, de ativistas e intelectuais. Pensar a identidade negra em espaços de liberdade ainda no Brasil imperial, na emergência de uma intelectualidade negra ao longo do século XIX, que dentro da realidade de uma sociedade escravista encontraram espaços de luta e voz. Negros e pardos que traçavam estratégias de reconhecimento dentro de uma produção literária e jornalística. Homens como Francisco de Paula Brito, que inicia sua carreira como auxiliar de tipografia e que em 1831 comprou uma livraria e a transformou em uma das maiores editoras do Segundo Reinado, tendo como um dos sócios o próprio D Pedro II. Imprimiu um dos primeiros periódicos em defesa dos direitos dos negros e incentivava as novas gerações de escritores brasileiros, como Machado de Assis, que obteve em vida o reconhecimento de sua obra e de seu talento.

A representatividade feminina nesta produção literária, encontramos Maria Firmino dos Reis, escritora e professora. Sua obra Úrsula (publicada em 1859), ainda é referenciada quando se trata de produção literária abolicionista. José do Patrocínio, que inicia suas atividades gráficas e literárias quando estudava para se tornar farmacêutico, criou um jornal e assim como André Rebouças se empunha na causa abolicionista e utilizaram na defesa dessa causa tanto os artigos publicados em periódicos quanto discursos inflamados. Patrocínio fazia

de seu jornal, Cidade do Rio, um porta voz da causa abolicionista. Assim como o engenheiro André Rebouças em artigos na Gazeta da Tarde e na Revista de Engenharia.

Cruz e Souza também se envolveu em atividades editoriais ao chefiar a redação de um periódico, “O Moleque”. Luís Gama ganhou muito reconhecimento como defensor de escravizados.

“Em uma sociedade escravocrata, a admissão de pessoas negras e “mulatas” em certos círculos sociais seria impossibilitada. Entretanto, havia dois fatores que amenizavam e favoreciam o empreendimento de negros e “mulatos” livres : O movimento abolicionista e sua inserção, invariavelmente, no mundo do trabalho, ou seja, estava presente nas relações de sociabilidade nas quais buscava espaço e, se possível, a ascensão social.” (Felipe, 2016, p. 88)

A produção gráfica abre espaço para homens negros exercerem suas reivindicações legítimas. Se formaram laços de solidariedade e delinearam estratégias de ascensão relacionados a produção gráfica. Negros e pardos dentro da realidade social existente, construíram formas de sobreviver e ascender através dos meios que lhes apresentavam. Estratégias de lutas e resistências de homens e mulheres letRADOS, representantes de uma elite intelectual negra em um contexto político, social, cultural e econômico , no qual construíram interações identitárias e estratégias de resistência.

O projeto decolonial assume a necessidade de afirmação corpo-geopolítica para a produção do conhecimento como estratégia, com o objetivo de afirmar a existência como um ato de qualificação epistêmica. Se contrapondo ao universalismo abstrato do conhecimento hegemônico, que se toma como universal, ante ao que considera particularismos, interesses, desejos de outros. Trata-se de ruptura com a lógica monológica da modernidade/colonialidade, permitindo a afirmação da existência e o conhecimento daqueles que foram invisibilizados pela colonialidade. A transmodernidade basea-se na pluriversalidade, onde se busca a diversidade epistêmica. É urgente o diálogo e a afirmação de perspectivas do conhecimento dos povos que foram subalternizados na modernidade colonial.

Entendendo por transmodernidade, um projeto ético, político e epistémico. De crítica a visão da Modernidade eurocêntrica, apontando uma perspectiva planetária em uma dimensão transmoderna. A Modernidade na perspectiva intraeuropéia, possui uma narrativa histórica

que compartilha de determinados eventos, embora seus teóricos divirjam entre si sobre o peso que tem cada um desses eventos em relação ao alcance da Modernidade e seus desdobramentos. São eles: Renascimento, Reforma Protestante, Iluminismo, Revolução Francesa, Revolução Industrial e o surgimento da Ciência Moderna.

A trajetória da filosofia que conhecemos, utilizamos e estamos lendo, nesse exato momento, reafirma uma série de complexas narrativas eurocêntricas. Esta dimensão histórica filosófica expande para outras áreas do pensamento como a educação, a sociologia, a geografia, a política entre outros. (Oliveira e Souza, 2019, p273)

A Modernidade eurocêntrica pressupõe que determinados pilares históricos antecederam a consolidação da cultura e ciência da civilização moderna, todos exclusivamente europeus. Pretensão monolítica de representação do mundo e das sociedades.

Segundo Dussel³, o nascimento da Modernidade foi a chegada do europeu na América, quando a Europa se confrontou com o outro e pode se definir como um eu conquistador. Se o paradigma eurocêntrico de Modernidade configura-se por períodos históricos, em que se encontra o Renascimento, o Iluminismo e a Reforma Protestante. Para Dussel a concepção de Modernidade está mergulhada na Colonialidade, que é um dos elementos constitutivos do padrão mundial de poder capitalista e se fundamenta na classificação racial da população no mundo.

A colonialidade é essa matriz de poder e saber que atua no cotidiano, que ao longo de muito tempo foi se construindo um imaginário social, no qual o europeu lida com este outro como um objeto a ser controlado e manipulado. Nesta relação do eu e do outro ocorre a constituição de subjetividades, do colonizador como superior e o colonizado como ser inferior. Na medida em que o olhar do europeu para com os povos originários, coloca este como uma versão primitiva de si mesmo.

O encobrimento da alteridade desses sujeitos (povos múltiplos e diversos) que habitavam a América antes da conquista, produz representações negativas desses povos, os selvagens, os primitivos, os bárbaros. Assumem a missão civilizatória, então a Modernidade torna-se justificativa para uma prática colonizadora caracterizada pela violência sobre os não modernos. A visão eurocêntrica da Modernidade é uma narrativa ideológica, histórica e filosófica que produz e legitima o silenciamento do Outro.

3 Enrique Dussel. Citado por Souza e Oliveira, 2019, p. 267-289.

Este mito da Modernidade coloca os europeus como superiores, esta “superioridade” leva a obrigação moral de desenvolver os bárbaros (missão civilizatória), como estas populações se opõe a este processo, a prática moderna recorre a violência para eliminar os obstáculos. Portanto, a dominação produz vítimas, seja o indígena colonizado, o africano escravizado, a mulher, a destruição ecológica, são os custos da Modernidade. A dominação forjou na conquista a subalternização política, epistémica e ontológica dos povos originários. Estabeleceu hierarquias no mundo do trabalho, na organização política, militar, étnica, sexual, espiritual, linguística e epistémica. Elaborou uma narrativa de história universal, que a partir do mundo moderno, constituiu as periferias, sendo a América Latina a primeira delas.

Segundo Dussel, antes da espoliação material e humana da Europa sobre a América, a Europa era apenas uma periferia do sistema inter-regional Asiático-Afro-Mediterrâneo. A exploração dos corpos, das mentes e dos recursos materiais das colônias permitiu um salto quantitativo e qualitativo para a Europa. No sistema-mundo, a Europa ganha centralidade, pois o acúmulo de recursos extraídos das colônias forneceu vantagens econômicas e militares aos europeus.

Nesta perspectiva, a Modernidade estrutura-se pela incorporação da América. Ou seja, a modernidade europeia não é um sistema independente, autorreferente, mas é uma parte do sistema-mundo. Neste contexto assumiu a centralidade e a cultura que está no centro, cultura esta profundamente influenciada por tantas outras, conduz as relações entre centro e periferia, ou seja, as concepções modernas eurocêntricas.

No entanto, a construção dessa hegemonia, não significa passividade, a imposição é constituída por conflitos. O projeto moderno e sua retórica salvacionista, esconde uma face subalternizadora, injusta e violenta. Oliveira e Souza afirmam que:

Para superar os processos desumanizantes modernos, é necessário negar o mito da modernidade e a violência sacrificadora, afirmando a Alteridade do Outro, as Alteridades dos oprimidos, das vítimas do Sistema-Mundo/Moderno/Colonial/Capitalista. (p. 285)

O projeto da transmodernidade visa repensar os processos de produção do conhecimento, as relações de saberes, os modelos educacionais e os processos educativos no contexto latino-americano. Constitui um giro epistemológico que emerge dos subalternizados, respostas críticas à Modernidade eurocêntrica que se originam dos lugares subalternizados dos povos colonizados no mundo. O projeto é a diversidade. Resulta do pensamento crítico de

fronteira, isto é, dos espaços-tempo que não foram totalmente violentados e desfigurados, ou mesmo destruídos pela Modernidade eurocêntrica. Fundamentado em uma relação dialógica e de solidariedade das populações da América Latina, África, Ásia, Oceania e mesmo partes da própria Europa.

A construção de epistemologias, saberes e práticas educativas em uma visão transmoderna significa imprimir uma práxis que vai muito além da totalidade opressora do Norte, de produzir conhecimento, de promover a ciência, de fazer filosofia, de elaborar pedagogias, criar e recriar saberes, possibilitando a emergência de outras subjetividades. Buscando desconstruir criticamente a mentalidade colonial. Trazendo para o debate o discurso ético da diferença e da alteridade e sendo assim, comprometido política e eticamente com os grupos sociais e culturas historicamente silenciados.

Segundo Beatriz do Nascimento, os anos de 1970 marcaram o renascimento do movimento negro no Brasil. Este renascimento foi marcado pela crítica à historiografia, que apresentava uma profunda visão preconceituosa quando tratava da questão do povo negro. Propondo uma visão mais realista da inserção do negro na própria história, partindo do estudo dos quilombolas (variável histórica, no sentido de um território livre dentro do regime escravocrata colonial) em paralelo ao escravismo. Enfatizando as formas culturais e históricas que os descendentes de africanos construíram o país, apesar da dominação colonialista.

Neste sentido, tirar o povo negro de um imaginário social de subalternizado, num emaranhado de estereótipos. Dentro de uma sociedade branca que se impõe o comportamento tem que ser padronizado, neste contexto tenta-se construir a anulação da identidade preta, mas ao mesmo tempo se constrói a luta, a resistência e a busca pela emancipação cultural.

A repressão aos negros se dá no nível das instituições. Sobrevivência do processo de colonização, baseado no autoritarismo, que permeia toda a sociedade brasileira, e que atua violentamente sobre o negro (Nascimento, 2022, p. 146)

O arcabouço ideológico que afirma ser o branco o colonizador, o civilizador, desconsidera abertamente as civilizações dos povos dominados. Se constrói a partir dos porões dos navios negreiros uma amnésia coletiva, uma ausência de ser. Se produz em quatro séculos de repressão uma tentativa constante de apagamento de identidades, individual, coletiva, política, histórica da grande massa de subalternizados. Desagregação secular somada ao fenômeno das grandes cidades. Confundir o ser negro com miséria e pobreza é uma construção narrativa que procura inviabilizar que o negro como grupo social esteja com toda

sua potencialidade na sociedade. É uma ação corrosiva de opressão racial e social sobre um determinado grupo da sociedade.

Destacar que minorizados são múltiplos, diversos. A negritude não é harmônica nem no espaço, nem no tempo. O Movimento Negro dos anos 1970 é esse esforço, de romper com um imaginário social consolidado. Imaginário este que foi sendo construído na medida em que havia uma ausência da escrita na vida da maioria dos negros no Brasil. Seja pelo empobrecimento e analfabetismo de grande parte da população, isto devido ao não assentamento em estabelecimentos fundiários no pós-abolição, a discriminação no mercado de trabalho e a exclusão do processo educativo. Seja pela demora em se estabelecer uma filosofia educacional no contexto do ensino no Brasil em que se incluísse os elementos da cultura negra que remontam à origem africana.

As “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” de outubro de 2004, reconhece a necessidade de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro. Tal reconhecimento implica igualdade de oportunidades, direitos sociais, civis, culturais, econômicos. Que se conheça sua história e cultura e que se combata o mito da democracia racial, que desconsidera as desigualdades seculares de uma estrutura social que sempre concedeu privilégios a branquitude, ao mesmo tempo que criou mecanismos sociais e institucionais para afastar a negritude da possibilidade de ascensão social, negando por muito tempo o pleno acesso da população negra aos bancos escolares.

Nilma Lino Gomes, por sua vez, analisa o processo de silenciamento e falta de acesso da população negra ao sistema de ensino, a persistência da colonialidade na educação básica e no campo da produção científica, mas também as resistências construídas ao longo da história pelos movimentos sociais, ativistas, intelectuais, nas instituições educacionais, nas lutas coletivas cotidianas na construção de um pensamento emancipatório.

A Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, buscou efetivar um Estado Democrático de Direito, com o acesso de todos à cidadania, à dignidade da pessoa humana. Sendo o acesso à educação ponto fundamental nessa efetivação. Estamos falando de um marco temporal de menos de 40 anos, numa história de opressões de mais de 500 anos e mesmo aí, a prática custou bastante a refletir, minimamente, o que estava garantido na lei.

A Lei 10639/2003 foi resultado da luta do Movimento Negro ao longo do século XX. Foi uma demanda da população negra o reconhecimento das disparidades entre brancos e negros nas condições socioeconômicas da nossa sociedade. Uma demanda por políticas afirmativas, de reconhecimento e de valorização, de sua história, cultura e identidade. A luta

antirracista pressupunha a divulgação e produção do conhecimento da população afrodescendente, o pertencimento étnico-racial, direitos garantidos, identidade valorizada, autonomia individual e coletiva, visões de mundo respeitadas, acesso a escolaridade em seus diferentes níveis.

O Instituto Geledés, em uma pesquisa inédita concluída em abril de 2023, ano em que a Lei 10639/03, completou 20 anos, procurou mostrar como a lei vem sendo aplicada ou não nos municípios brasileiros. A pesquisa concluiu que apenas 8% das secretarias têm orçamento para ensino sobre relações étnico-raciais. Apenas 5% dos municípios afirmam ter implementado uma área técnica dedicada a essa agenda. No entanto, a maioria dos municípios, participaram da pesquisa 21% dos municípios do país, afirma que inseriu o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no ensino básico (educação infantil, fundamental e médio).

O tema mais citado como mais importante a ser trabalhado foi a diversidade cultural, apontado por 60% dos gestores, enquanto outros temas como construção de privilégios históricos e letramento racial, foram apontados por 3% das secretarias. Apontado como principal desafio para a implementação da lei foi a ausência de apoio, citado por 53% das secretarias e 13% apontaram que a temática racial não está na agenda de prioridades das Secretarias Municipais de Educação.

Percebemos então, através dessa pesquisa, em um ano que marca 20 anos da legislação que estabelece o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica no Brasil, que há uma distância enorme entre o ideal e a realidade. Devemos sim, celebrar as conquistas, valorizar a legislação, mas entender que sem comprometimento de gestores, a implementação da lei não está garantida e acaba dependendo da iniciativa do professor/a que está na linha de frente e que terá que lidar com toda a dificuldade da falta de apoio por parte de secretarias e por muitas vezes com a falta de apoio e entendimento da comunidade escolar, incluindo pais, alunos, direção, professores. Importantíssima a fala de Lucimar Dias, diretora de Políticas de Educação Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, para quem “*A política Nacional de Educação não pode tratar a educação antirracista como algo paralelo. Precisa ser parte intrínseca da política de modo geral. Eu não posso pensar na alfabetização sem que essa perspectiva seja colocada.*” (Portal Geledés, 18/04/2023)

Portanto, a educação antirracista, deve fazer parte do cotidiano escolar, está inserida e não como projetos paralelos. Pressupõe a adoção de políticas educacionais e estratégias pedagógicas que valorize a diversidade, com o objetivo de superar as desigualdades étnico-

raciais presentes na educação básica no Brasil. Compreender seus valores e lutas, ter empatia pelo sofrimento causado por sucessivas formas de desqualificação ao longo da nossa história.

Aprendemos com os historiadores dos Annales que a história se faz a partir do e para o presente. O passado não faz sentido em si mesmo e não está desconectado com o contemporâneo. Não existe uma verdade fechada do passado esta está sujeita à reelaboração a partir das questões que lhe são formuladas, partindo das condições históricas do presente.

A história tem a função de desnaturalizar o tempo presente e perceber como as temporalidades (passado, presente, futuro) se encontram. O presente é parte de um processo marcado por rupturas e continuidades. A história pode contribuir para percebermos que o que somos é apenas uma forma de ser, entre muitas. Atentar portanto, para as diferenças, relativizando nossos valores e pontos de vista implica o aprendizado da alteridade, da possibilidade da existência de outras formas de sermos humanos.

A história contemporânea recusa a conceção iluminista de uma natureza humana universal, em que dadas formas de existência seriam tomadas como formas inferiores àquela que seria a forma superior e paradigmática. (Albuquerque Jr., 2012). Esta perspectiva permite acompanhar a genealogia do humano em sua diversidade e não em sua identidade. Permite conhecer diferentes práticas e saberes que produziram diferentes formas de ver, dizer e ser humano.

A história hoje tem o dever de identificar, descrever, compreender e explicar a alteridade, a fim de afirmar o direito de sua história e o necessário respeito que a ela devemos. Como formadora de subjetividades é um saber inseparável de discussões éticas e políticas. A história contribui para formar membros do espaço público, das opiniões divergentes. A história fornece argumento e informação para ser em sociedade, valorizando o tempo presente, a vida presente, contribuindo na busca de um sentido, de um significado para a existência. Não um sentido imanente, mas os sentidos que nela colocarmos. Na medida que esses sentidos individuais se encontram, se conflitam, se articulam, se associam, torna-se coletivo, ou seja, esses sentidos são uma construção social.

A história ensina que os humanos não tem destino prévio traçado e, por isso mesmo, podem traçar para si mesmos todos os destinos possíveis. Ao visibilizar diferentes personagens, que resistiram, que tentaram dar sentidos diversos as suas existências e ao mundo, que se rebelaram contra a ordem, o sistema, nos propicia a aprendizagem da liberdade. Liberdade como luta constante, como prática concreta. Nos ensina a pensar e praticar a liberdade ao questionar o poder, a exploração, a dominação. Espaços de liberdade são conquistados, dentro de uma ordem que limita e reduz.

Se não há espaço para identidade única, a pretensão de constituí-la sempre está relacionada ao processo de apagamento e silenciamento de enormes parcelas da sociedade. Somos múltiplos e diversos, todos temos direto à memória, direito à história, direito ao passado. Não a um passado fechado em si, mas um passado intrinsecamente relacionado ao nosso presente. Se a narrativa histórica construída consolidou uma visão distorcida da realidade, novas narrativas têm a atribuição de trazer ao conhecimento público outros olhares sobre este passado, daqueles que foram silenciados ao longo do processo: os negros, povos originários, mulheres, nas múltiplas relações sociais construídas pela diversidade da qual somos formados.

Não é tarefa fácil desconstruir mitos históricos, mas é na persistência e resistência que a pluralidade de memórias, narrativas, protagonismos, visões de mundo irão se consolidando no pensamento social. A história tem que ser construída na perspectiva da alteridade e da diferença, operando as inúmeras memórias do passado que contemplam uma diversidade de práticas na busca da identificação e da ressignificação de sentidos.

O ensino de história deve dialogar com o mundo que transcorre fora dos muros da escola, a fim de que os jovens estudantes vejam sentido nos conteúdos escolares. Caso contrário estes conteúdos serão vistos de forma fragmentada e descontextualizada. Os estudantes são consumidores dos meios de comunicação de massa, da cultura extraescolar. Os saberes saíram dos limites do livro e da escola para circular em outros espaços, rompendo com a aprendizagem linear e sequencial. Além de uma ruptura do tempo escolar, entendido como único meio socialmente legítimo para distribuição do saber.

Ao olharmos o passado, precisamos fazê-lo na perspectiva dialógica, buscando a multiplicidade de falas, gestos, rituais, sentidos, potencializando a construção de identidades múltiplas e plurais. A escola deve ser um instrumento para abrir futuros possíveis. Pois ao trazer para o espaço da sala de aula a multiplicidade de narrativas, de temporalidades, de significados e sentidos para o passado e para o presente, de garantir lugar de fala para aos que historicamente foram silenciados, se torna um espaço privilegiado na construção de uma sociedade que inclua e respeite toda a sua diversidade. Desconstruindo um processo de inferiorização e subalternização a que a maioria que forma nossa sociedade foi submetida durante séculos, visibilizando suas lutas, suas formas de resistência, suas conquistas, suas narrativas.

Se a historiografia brasileira, por escolhas feitas, consolidou uma história nacional marcada pela tentativa de identidade única, tendo como parâmetro a Europa, esta narrativa pode ser reelaborada, a fim de afirmar a voz da diferença, a multiplicidade, a diversidade que

nos caracterizam como nação. A forma como se constroem as narrativas históricas, tendo como base as referencias identitárias são elementos fundamentais na construção de uma educação antirracista e portanto, na construção de uma sociedade que respeite a pluralidade e os diferentes protagonismos, sem um paradigma a ser alcançado.

Se faz necessário que a história seja escrita de outra maneira, a partir de uma perspectiva crítica do negro como sujeito histórico e sujeito do conhecimento. A modernidade/colonialidade construiu um discurso hegemônico de superioridade epistémica, moral, étnica, a fim de justificar o violento processo de dominação. O povo negro sempre se insurgiu contra a tentativa de silenciamento e apagamento do seu saber, dos seus símbolos, de seus significados. Resistiram contra a escravização, o genocídio, o epistemicídio, através de muitos caminhos ao longo da história, entre eles o samba, uma literatura musical na qual a temática varia da crítica política ao cotidiano. O povo negro se apropria da sua história e reproduz sua crítica.

IV. EPISTEMICÍDIO: TENTATIVA DE ASSASSINATO DA RAZÃO NEGRA

*Fogo!...Queimaram Palmares,
 Nasceu Canudos.
 Fogo!...Queimaram Canudos,
 Nasceu Caldeirões,
 Fogo!...Queimaram Caldeirões,
 Nasceu Pau de Colher.
 Fogo!...Queimaram Pau de Colher...
 E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
 que os vão cansar se continuarem queimando*

*Porque mesmo que queimem a escrita,
 Não queimarão a oralidade.
 Mesmo que queimem os símbolos,
 Não queimarão os significados.
 Mesmo queimando o nosso povo,
 Não queimarão a ancestralidade.*

Nego Bispo

Sueli Carneiro analisa em “Dispositivos da Racialidade”, que a afirmação do ser da pessoa branca se dá pela negação do ser das pessoas negras, a construção da racialidade significa o “*domínio que produz poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades*” (Carneiro, 2023, p. 13). O epistemicídio se propõe a anular o povo negro como sujeito do conhecimento.

Através do epistemicídio, forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão, se promove a anulação das pessoas negras enquanto sujeito do conhecimento. Neste processo o propósito é inferiorizar intelectualmente o povo negro, criando um imaginário social que naturaliza a subalternização dos negros e a superioridade dos brancos. Raça não corresponde a nenhuma realidade natural. É um conceito construído baseado em uma atitude negativa frente a certos grupos sociais, uma forma de classificação social. Mas tal conceito tem uma realidade social plena e se torna impossível o combate ao racismo sem o reconhecimento dessa realidade social.

O epistemicídio se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica e racial pela negação da legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados. Em um processo de destituição da racionalidade, da cultura e da

civilização do outro, oriundo da visão civilizatória do processo colonial , alcançando sua formulação plena no racialismo do século XIX.

O epistemicídio foi tão devastador como o próprio genocídio, pois ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, marginalizar, ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista. Processo que ocorre nos espaços periféricos, mas também nos espaços considerados centrais, Europa e Estados Unidos, contra os trabalhadores, os indígenas, os negros, as mulheres, as populações minorizadas em geral. (Carneiro, 2023). Pela negação do acesso à educação, o epistemicídio tenta impor um processo persistente de inferiorização intelectual, diferentes mecanismos da deslegitimação do negro como portador e produtor do conhecimento. Para desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados é necessário desqualificá-los, individual e coletivamente. Neste processo destituí-los da razão e condição para alcançar um conhecimento considerado legítimo.

O epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender. Num duplo sentido: negação da racionalidade do outro e assimilação cultural que lhe é imposta. (Carneiro, 2023). O modelo hegemônico conduz ao epistemicídio, pois toda forma de conhecimento fora desse modelo são qualificados como primitivos e subdesenvolvidos, por não atingir a verdade e ficar no plano das aparências. Neste sentido , o colonialismo e o racismo destruiu corpos e culturas, pela vinculação e subordinação aos parâmetros da epistemologia ocidental. A colonização no âmbito do saber é fruto de um longo processo de colonialidade, que reproduziu as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência do dominador .

O povo negro na diáspora tem que lidar a todo tempo com relações políticas pautadas em discursos racistas e nacionalistas. Discursos construídos que relatam uma ruptura absoluta nas histórias e experiências do povo negro e do povo branco. É necessário perceber a dinâmica transversal da política racial como elemento significativo na formação das identidades nacionais ocidentais. Paul Gilroy se propõem em seu livro “Atlântico Negro” pensar esta formação transcultural e internacional, como afirma:

“as culturas reflexivas e a consciência dos colonos europeus e aquelas dos africanos que eles escravizaram, dos “índios” que eles assassinaram e dos asiáticos que eles subjugaram, não eram, mesmo em situações da mais extrema brutalidade, hermeticamente isolado uma das outras.” (Gilroy, 2001, p35)

Utiliza para o desenvolvimento de sua tese, a imagem de navios em movimento nos espaços entre África, América e Europa. A ideia de um Atântico negro de formação transcultural e internacional, numa perspectiva de tornar o negro percebido como agentes com uma história intelectual, negado pelo racismo moderno.

Nesta narrativa comprometida em ressaltar a história intelectual do povo negro e as diversas formas de resistência construída ao longo da história colonial, Nego Bispo, filósofo, poeta, escritor, professor, ativista e líder quilombola, traz a visão dos quilombos, símbolo maior da luta da negritude. Propõe uma alternativa civilizatória baseada no pensamento crítico e libertário. Parte das questões clássicas na historiografia brasileira: modelo católico de colonização, dominação sofrida pelos indígenas, centralidade da escravidão na formação social e econômica do país, ideologia da mestiçagem e da democracia racial, os modelos de desenvolvimento dentro do espectro capitalista. Mas chega a conclusões distintas da historiografia eurocêntrica brasileira, a qual afirma desde os anos de 1930 de que sabemos conviver com a nossa diversidade. Bispo condena este modelo de sociedade imposta ao povo negro e indígena, enfatizando as revoltas e rebeliões que constroem a luta antirracista. Enfatiza a resistência daqueles que formam a maioria da população brasileira (negros, indígenas, quilombolas, camponeses, classes populares).

Ressalta como o catolicismo promoveu um genocídio cultural, paralelo ao genocídio humano empreendido pela colonização. Rejeita dessa forma o monoteísmo judaico-cristão historicamente cumplice do poder estatal e do capital, promovendo a defesa do politeísmo, seja as religiões de matrizes africanas, seja a espiritualidade indígena. Traz na sua análise uma perspectiva da visão quilombola, trazendo a memória de quem resistiu à assimilação forçada dos escravizados da Colônia e do Império e dos libertos na República racista.

Os colonizadores ao denominarem os nativos de “índios” e os povos africanos de “negros” estavam usando a estratégia de classificá-los e tirar-lhes a identidade a fim de domesticá-los. Uma bula papal de 1455 mostra claramente como a Igreja Católica autorizou a barbárie cometida pelo Estado colonizador:

“Nós [...] concedemos livre e ampla licença ao rei Afonso para invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter todos os sarracenos e quaisquer pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estejam seus reinos [...] e propriedades e reduzí-los a escravidão perpétua e tomar para si e seus sucessores seus reinos [...] e propriedades” (Bula “Romanos Pontífice”, Papa Nicolau V, 08 de janeiro de 1455, citado por Bispo, 2015, p 28)

O apagamento das identidades dos povos subjugados faz parte da tentativa colonialista de justificar que essas pessoas são apenas “coisas”, que não tem “alma” e, sendo assim, podem se utilizarem delas como bem quiserem. O processo de escravização tentou destituir os povos afro e pindorâmicos (termo utilizado por Bispo ao se referir aos povos originários da América) de suas principais bases de valores socioculturais, atacando suas identidades individuais e coletivas, como por exemplo ao impor o cristianismo monoteísta, em substituição ao paganismo politeísta. Segundo Bispo, esses povos foram e continuam sendo taxados de inferiores, menos capazes intelectualmente, esteticamente feios, sexualmente como objetos de prazer, socialmente sem costumes, culturalmente como selvagens.

No processo colonizador se impõe a visão dos colonizadores, mas seu contrário sempre se fez presente, ou seja, a resistência dos contra-colonizadores, isto é, a luta dos povos subjugados. A visão do colonizador de uma organização social vertical e linear, homogêneas e patriarcais, se contrapunha a visão dos contra-colonizadores, de uma organização social horizontal e circular, heterogêneas, onde o matriarcado e o patriarcado se desenvolvem de acordo com os contextos históricos. A colonização é um processo de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação, substituição de uma cultura sobre a outra. A contra-colonização são processos de resistência, defesa dos territórios, dos símbolos, dos significados e os modos de vida.

Como afirma Fanon, “*o negro [deve] se libertar do arsenal complexual que brotou do seio da situação colonial.*” (Fanon, 2020 ,p.45) visto que todo discurso racista tem por objetivo internalizar nos racializados este pensamento forjado em um processo de dominação e exploração. É o racista que cria a inferiorização, que impõe uma discriminarão e faz do “outro” um colonizado, tentando tirar-lhe todo o valor e originalidade. Diante das dificuldades que a sociedade lhe cria em razão de sua cor, o negro deve escolher a ação e não a passividade ao defrontar-se com a verdadeira fonte conflitual, as estruturas sociais. Tomar consciência das possibilidades de existência e luta diante dessas estruturas.

A classificação racial derivam de concepções sobre identidade nacional, na qual os negros foram excluídos, ora como não-humano, justificando a escravização, ora como não-cidadão, no pós abolição, justificando a exploração. No entanto, a diáspora acabou por influir na dinâmica nacional que caracterizou o pensamento cultural euro-americano. Ultrapassando as perspectivas nacionais e nacionalistas, visto que a visão dualista e dominante percebe a história e a cultura negra como uma intrusão ilegítima. A perspectiva multicultural e pluralista, questiona como os particularismos europeus ainda estão sendo traduzidos em padrões universais absolutos.

A modernidade Ocidental manipulou a ideia de raças, que é empregada de forma central nas tentativas europeias de criar um paradigma de beleza, de organização política, de família, de organização econômica. A perspectiva racial construiu o discurso do valor cultural. A questão racial está no cerne do debate contemporâneo sobre o que constitui a civilização ocidental. Gilroy propõe tomar o Atlântico como unidade de análise e utilizá-lo para produzir uma perspectiva explicitamente transnacional e intercultural, como um legado baseado nas estruturas da diáspora africana no hemisfério ocidental. O Atlântico como sistema cultural e político, *“intimidade diaspórica lúdica que tem sido característica marcante da criatividade transnacional do Atlântico negro.”* (Gilroy, 2001, p 59), visto que os navios eram espaços de mudança entre os lugares físicos que eles conectavam, sendo assim podem ser pensados como unidades culturais e políticas. O objetivo de Gilroy é repensar a modernidade por meio da história do Atlântico negro e da diáspora africana no hemisfério ocidental. Como afirma:

“A especificidade da formação política e cultural moderna a que pretendo chamar Atlântico negro pode ser definida, em um nível, por este desejo de transcender tanto as estruturas do estado-nação como os limites da etnia e da particularidade nacional.” (Gilroy, 2001, p 65)

Afirma uma sensibilidade pan-africana da diáspora, o que torna a negritude uma questão mais política do que cultural. A escravidão foi um sistema de exploração econômica de caráter internacional, o tráfico de escravizados tinha uma estrutura transnacional. O que deve ligar a negritude é a orientação comum para o futuro produzido por suas lutas. Uma cultura política negra para além da oposição binária entre perspectiva nacional e a diáspora. O mundo Atlântico negro como uma rede entrelaçada entre o local e o global.

O negro na diáspora se percebe ao mesmo tempo interno e externo ao Ocidente. Temas da nacionalidade e filiação cultural acentuam a fragmentação da questão negra, que tornou-se mais complexa pela questão de gênero. Pensar nestas diferentes formas de ver a questão negra é importante para a construção de um mundo tal como os racialmente subordinados gostariam que ele fosse. Uma luta que inclui o anticapitalismo, numa dinâmica filosófica interna de uma contracultura de crítica ao capitalismo racial. A busca por uma justiça não racializada e uma organização racional e justa dos processos produtivos.

No Brasil, do pós-abolição, os negros na condição de libertos indesejáveis, estão sujeitos a procedimentos educacionais de contenção, exclusão e assimilação. Por muito tempo

o papel das escolas no Brasil estiveram a serviço de um Ensino de História eurocêntrico e patriarcal resultado de uma concepção de sociedade ditada pelas elites econômicas, intelectuais e políticas do país. Raça e cultura são elementos estruturais que determinam hierarquias, que são plenamente legitimadas por meio da repetição sistemática e internalização de certos paradigmas. Com as teorias raciais do início da república, as elites brasileiras, na lógica da ideia de modernidade, tentava incluir o Brasil no que acreditavam ser civilização, isto é, branca e europeia. Sendo assim, uma população formada por negros e indígenas comprometeria sua chegada às utopias da modernidade. A saída de parte desses pensadores da época comprometidos com o projeto das elites foi apostar na miscigenação a fim de garantir um futuro branco para o país. Desenvolve-se então uma política de Estado de incentivo a imigração europeia, política pautada na crença da superioridade racial dos europeus. Além disso, tais teorias pretendiam “naturalizar” as hierarquias, no período escravocrata estes papéis já estavam dados pelo sistema. No pós abolição, as teorias raciais cumpriam o papel de “naturalizar” uma organização social brutalmente desigual.

As teorias raciais encontraram campo fértil entre essa intelectualidade brasileira. João Batista Lacerda (1846-1915), que foi diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, afirmava que a saída para o Brasil mestiço era o branqueamento, que para ele se daria em um século, ou seja, a solução era o progressivo desaparecimento dos não-brancos. Assim como o crítico literário, pernambucano, Silvio Romero (1851-1914), que recupera o negro na composição da nação brasileira e, ao mesmo tempo, dá um prazo para sua extinção. Já intelectuais como Nina Rodrigues (1862-1906), médico da Faculdade de Medicina da Bahia, negava qualquer tipo de ganho para a nação brasileira em relação a mestiçagem, seus estudos insistiam na inclinação dos mestiços e negros ao crime. Tratava-se portanto, de uma temática com um campo complexo de disputas e diferentes argumentações, mas caracterizada pela alta influencia das teorias raciais na virada do século XIX e XX, sendo o pensamento racialista hegemônico no período. Afirmavam que os negros eram incapazes de civilização e portanto a necessidade de serem tutelados. Assim os brancos deveriam assumir a direção do país e a miscigenação como saída para nossa civilização.

O dispositivo da racialidade age de forma maniqueísta atribuindo aos negros todas as características negativas e aos brancos a positiva (CARNEIRO, 2023). A educação, desagregada por cor, marcou pelo menos 80 anos do século XX. A falta de acesso e de oportunidades no espaço educacional público para a população negra, é um mecanismo potente de hierarquização. A educação foi portanto, um elemento estratégico na construção do dispositivo da racialidade. A forma como se deram as políticas educacionais no Brasil, leva à

dedução de que visavam intencionalmente assegurar padrões sociais hierárquicos ditados pelo dispositivo da racialidade.

O epistemocidio se realiza através de múltiplas ações que se articulam: Restrições ao acesso/permanência no sistema educacional; rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro; no início da república, o controle do acesso a escola pública e ao longo da república, o controle do acesso ao ensino de qualidade e o sucateamento do ensino público.

Logo em 1890, nos momentos iniciais da República, o Código Penal – Capítulo XIII – Dos vadios e capoeiras, Decreto nº 487 de 11 de novembro, criminalizava a prática da capoeira.⁴ A primeira Constituição republicana tratou de afastar da vida pública, em especial os racializados, quando proíbe o voto dos analfabetos, está vetando a participação majoritariamente de negros e indígenas. Além de cercear o direito de praticar seus cultos.

Nos anos 1940, 2/3 da população brasileira vivia em territórios rurais, reproduzindo seus saberes tradicionais. Após a segunda guerra mundial, fortaleceu-se as escolas agro técnicas e os centros acadêmicos de ciência agrária. Nos anos da Ditadura Militar a alfabetização ofertada para os povos tradicionais eram desconectadas dos modos de vida dessas populações, com a finalidade de promover um êxodo rural, atendendo a demanda por mão-de-obra nos centros urbanos, esvaziando os territórios tradicionais, enfraquecendo a resistência contra colonizadora e criando as condições para a introdução da monocultura mecanizada, 2/3 da população passou a ser urbana. Mais uma vez se impondo uma denominação generalizada e de apagamento de identidades.

E o processo de expropriação permanece e se aprofunda. Ataque as terras indígenas e quilombolas são constantes e violentos, a fim de atender aos interesses do capitalismo racista. A ameaça da cosmovisão politeísta na elaboração de saberes e de resistência das comunidades tradicionais, sempre levou a criminalização, o desrespeito, a tentativa de submeter esses povos a uma lógica capitalista, na qual os lugares sociais reservados a eles era de mão-de-obra barata e pouco politizada. Mas esses povos sempre resistiram e lutaram pelos seus saberes, seus modos de vida, seus símbolos, seus significados e influíram decididamente na construção cultural da América.

⁴ Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias, com armas e instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo terror de algum mal:

Penas – de prisão celular de dous a seis meses.

Paragrapho único. É considerado circunstância agravante pertencer a capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Palmares foi acusado de não ter religião; Canudos, Caldeirões, Pau da Colher foram acusados de serem fanáticos religiosos. A justificativa para criminalizar comunidades negras não precisava ter coerência ou qualquer base real. O que importa é massacrar qualquer tentativa de propor uma organização social diferente daquela estabelecida pelos que dominaram, escravizaram, expropriaram, violentaram. Seja na escravização legalizada, seja na realidade pós-abolição e a forma escravista que permanece, o importante é manter a hierarquia racializada, o capitalismo racista, a exploração dos povos subjugados, o apagamento dos seus saberes e o silenciamento de suas falas. Mas tal projeto sempre encontrou o seu contraditório.

A comunidade de Caldeirões se constituiu a partir de 1889, com a chegada de um grupo de pessoas negras ao Estado do Ceará, no município de Crato. Rapidamente se desenvolveu um processo de organização que garantiu autossuficiência e a emancipação de suas vidas, o que incomodou os fazendeiros locais. Em um acordo com padre Cícero, que apadrinhava a comunidade, foram transferidos e novamente se organizaram, tudo o que produziam pertencia a todos, mais uma vez atingiram a autossuficiência. A comunidade foi atacada quando desobedeceu a ordem de sair, foi saqueada pela polícia e pelas milícias coordenadas pelos coronéis. A comunidade resistiu a vários ataques, até que em 1937 o exército brasileiro, através de sua aviação, bombardeou covardemente toda a comunidade. Queimaram tudo, de casas a corpos, com a finalidade de eliminar aquela existência comunitária, aquele modo de vida. Assim como em Canudos, na Bahia no início da República.

Também uma comunidade que organizou um modo de existência, cuja relação com a natureza era de produzir e redistribuir de acordo com a necessidade de cada um. A República os acusaram de serem fanáticos religiosos, sem disciplina social, sem senso de moral, qualquer narrativa para justificar o ataque e o apagamento daquele modelo de sociedade. Canudos resistiu, mas acabaram sendo aniquilados pelas forças da República excludente e racista. Queimaram plantações, benfeitorias, casas com o intuito de expropriar o território e apagar os símbolos e significações daquele modo de vida.

Na divisa do Estado da Bahia com Piauí, surgiu nos anos de 1930, a comunidade de Pau da Colher. Em que o histórico dessa comunidade se relaciona com Canudos e Caldeirões? Foram mais uma vez acusados de serem fanáticos religiosos, sem disciplina social, sem senso de moral e bons costumes, portanto, uma ameaça ao Estado brasileiro, naquele momento vivendo a ditadura de Vargas, o chamado Estado Novo. As polícias da Bahia, Pernambuco e Piauí foram mobilizadas para derrotar a comunidade. E, assim como os outros dois

movimentos, também atearam fogo nos territórios, a fim de destruir símbolos e significações de um modo de vida comunitário e autossuficiente, que não seria tolerado por uma elite econômica, que pretende ter um exército de mão-de-obra disponível para produzir a acumulação de riqueza, além de expropriar o território.

Achille Mbembe, falando sobre o que define por necropolítica, afirma que a expressão máxima da soberania reside no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. A modernidade esteve na origem de vários conceitos de soberania. A expressão máxima de soberania é a produção de normas gerais por um corpo formado por homens e mulheres livres e iguais. A política é definida como um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade. Tal acordo articulado pelo exercício da razão, esta vista como a verdade do sujeito, e a política o exercício da razão na esfera pública. Neste sentido o exercício da razão equivale ao exercício da liberdade. “*O romance da soberania baseia-se na crença de que o sujeito é o principal autor controlador do seu próprio significado*”. (Mbembe, 2018, p. 11) O exercício da soberania, portanto, consiste na capacidade da sociedade para autocriação pelo recurso às instituições.

No entanto, as formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações. E são estas formas que constituem os espaços políticos em que vivemos. Ao invés de considerar a razão a verdade dos sujeitos de acordo com os discursos filosóficos da modernidade, considerar outras categorias menos abstratas, como a vida ou a morte.

A soberania se expressa pelo direito de matar. O Estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. O poder, não necessariamente estatal, continuamente se refere e apela à emergência e a uma noção ficcional de inimigo e trabalha para produzir a emergência e o inimigo. Segundo Mbembe o biopoder funciona mediante a divisão entre pessoas, esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos e o estabelecimento de uma fissura biológica entre uns e outros, isto é, o racismo. Categoria que tem um lugar proeminente na rationalidade própria do biopoder. Mais do que o pensamento de classe, a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e nas práticas das políticas do Ocidente. “*Racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder*” (Mbembe, 2018, p.17), ou seja, a condição para a aceitabilidade do fazer morrer. Os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados Modernos. “*A percepção da existência do Outro como um atentado contra a minha*

vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança.” (Mbembe, 2018, p.18)

No contexto da Plantation, a condição de escravizado resulta de uma tripla perda: do “lar”, dos direitos sobre seu corpo e de estatuto político. O que equivale a uma dominação absoluta e uma morte social, que é a expulsão para fora da humanidade. A plantation não é uma comunidade, visto que o conceito de comunidade pressupõe o exercício do poder de fala e de pensamento. A violência sobre o corpo escravizado visava incutir o terror, a humanidade é dissolvida, visto que aquela vida é vista como propriedade de alguém. “*Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica.*” (Mbembe, 2018, p.23)

Apesar disso os escravizados foram capazes de extrair de quase qualquer objeto, instrumentos, linguagem ou gestos uma representação, por meio da música e do próprio corpo demonstrar as capacidades das relações humanas e da resistência ao silenciamento. A raça é crucial para o encadeamento entre biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio na plantation. A conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido. As barbáries que ocorreram nas guerras posteriores, como o holocausto na segunda grande guerra, são extensão dos métodos reservados aos “selvagens” pelos povos “civilizados” da Europa.

Na colônia, a soberania consistia no exercício do poder as margens da lei, uma guerra sem fim. Esta noção provém da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais, é puro massacre. A ocupação colonial era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico, a subversão dos regimes de propriedades até então vigentes, a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias, extração de recursos e a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais, que deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, ou seja, o exercício da soberania. “*A soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é*”. (Mbembe, 2018, p.33) O estado de sítio permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e externo. Populações inteiras são alvo do soberano.

As lutas pela emancipação, política, social, epistémica sempre se fez presente nas organizações e lutas coletivas. E está presente ainda mais hoje, mediante as políticas afirmativas, fruto da luta dos movimentos negros no país, das leis que criminalizam o

racismo, da construção do conhecimento a partir de vozes negras, impondo seu ponto de vista, sua cosmovisão. A tentativa de assassinato da razão negra foi uma constante desde o período escravocrata, colonial e imperial, mas foi ainda mais violento na nossa república que continuou fortemente marcada pelo racismo. O epistemicídio deixou suas marcas, suas consequências perversas, mas é um projeto que sempre encontrou vozes e corpos dispostos a lutar, resistir, preservar e mostrar que a diáspora negra levou esses saberes para o mundo ocidental e por mais violento que foi o processo de silenciamento, jamais conseguiu ou conseguirá concluir tal projeto. Aqui estamos produzindo conhecimento, construindo narrativas a partir de uma cosmovisão diferente daqueles que dominaram, através da escrita, da música, do teatro, dos movimentos e organizações , da academia que lentamente vai incorporando essas novas pessoas e esses novos olhares, da luta diária por direitos, pela vida, pela dignidade e pelo direito a voz. Estamos aqui e aqui permaneceremos.

V. POTÊNCIA E PROTAGONISMO DAS MULHERES NEGRAS:

“Quando as mulheres negras se movimentam, toda a estrutura da sociedade se movimenta com elas, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo”.
(Davis, 2017. Conferência na Universidade Federal da Bahia)

Neste capítulo me proponho desenvolver uma narrativa sobre a potência da mobilização feminina negra para movimentar as estruturas da sociedade brasileira, hegemonicamente capitalista, machista e branca. Para tanto dialogar com vozes da intelectualidade feminina negra como, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Cida Bento, Grada Kilomba e tantas outras que rompem com o projeto colonial do silenciamento. E que se unem a tantas outras e outros que ao longo da nossa história construíram narrativas próprias e resistências através de suas práticas, sua ancestralidade, sua razão.

Na lógica da construção de uma sociedade que valorize e respeite a diversidade da qual é formada, a luta de mulheres negras ao longo da história tem sido fundamental para mudar as perspectivas das próprias lutas travadas por mulheres e pelo povo negro. Visto que as mulheres negras constituem a base de uma sociedade hierarquizada, suas demandas são específicas tanto dentro do movimento feminista quanto no interior dos Movimentos Negros no Brasil. Essa luta histórica e a ascensão do feminismo negro, movimento que visibiliza tais demandas, visto que o feminismo ocidental não abarca tais questões e, mais grave, acaba muitas vezes por reproduzir o racismo. A ascensão do feminismo negro tem se mostrado de fundamental importância para que esses movimentos, feminista e negro, sejam mais plurais e de fato representem a diversidade do conjunto de pessoas que dizem representar.

Neste capítulo procuro então analisar, através das vozes da intelectualidade negra feminina, a importância da mobilização de mulheres negras na luta antirracista e na construção de uma sociedade que respeite a pluralidade e os diferentes saberes. Ressalto aqui o processo de construção da subalternização do povo negro no pós-abolição, processo de epistemicídio que a população negra foi alvo e a opressão interseccional vivenciada pelas mulheres negras, linhas cruzadas de opressões de raça, de gênero e de classe. Mobilizando em especial as duas intelectuais que indiquei como referência deste trabalho, Lélia Gonzalez e Grada Kilomba, na construção do protagonismo feminino negro nas lutas travadas pelos direitos femininos, na luta antirracista e a luta por suas pautas específicas dentro dos movimentos feminista e negro.

Importante destacar também o que foi construído dentro dessa temática no programa de mestrado do qual faço parte e como minha dissertação se insere nas diferentes discussões sobre a temática. Para tanto fiz uma pesquisa no site do programa na busca por dissertações do ProfHistória que tratavam o tema. Para isto busquei primeiramente pelas palavras chaves: Intelectuais Negras, Mulheres Negras, Educação Antirracista. Para a primeira não obtive resultado na pesquisa, para a segunda muitos resultados apareceram, dos quais selecionei por conta dos títulos e dos resumos apresentados, três dissertações e para a terceira, da mesma forma pelo título e pelo resumo apresentado, selecionei uma dissertação.

A primeira selecionada por mim, foi uma dissertação de 2021, de Débora Jean Lopes da Silva, da Universidade Federal de Mato Grosso. Intitulada: **Mulheres na Literatura: Escritas de autoria feminina negra**. O título já se relaciona muito com a minha proposta de pesquisa que tem como centralidade a escrita feminina negra. No resumo a autora expõe claramente seus objetivos: Literatura escrita por mulheres negras brasileiras; protagonismos de mulheres negras, no caso de sua pesquisa utilizou o livro de Carolina Maria de Jesus – “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada”; literatura feminina negra como caminho de investigação e construção do conhecimento histórico. E a partir dessa ótica contribuir para as discussões teóricas acerca das questões étnico-raciais, romper com o ensino eurocêntrico e machista, promover o conhecimento do protagonismo de mulheres negras, linguagem literária como caminho de construção do conhecimento histórico e a escola como o espaço de quebra de paradigmas. Esta dissertação dialoga bastante com meu tema no que se refere a representatividade, na contribuição para uma educação antirracista, de ver a escola como espaço privilegiado na quebra de paradigmas e a busca de uma educação plural que respeite diferentes protagonismos e na escrita feminina negra, embora meu enfoque não seja a literatura.

A segunda selecionada foi a dissertação de Cristina Soares dos Santos, também de 2021 e também da Universidade Federal de Mato Grosso, intitulada: **“Erguer a voz: a luta e a construção de uma narrativa antirracista no contexto escolar. Por uma história das mulheres negras protagonistas**. A autora mobiliza autores como: Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, entre tantos outros para falar sobre uma série de questões que envolve a questão racial no Brasil, como o mito da democracia racial, o projeto de branqueamento, o racismo estrutural, o negro no ambiente escolar e no livro didático, o racismo presente na escola e uma contra narrativa ao discurso eurocêntrico colonizador. Como a autora mesmo afirma na introdução “Quando deixamos que falem por nós, ficamos a mercê da realidade que querem construir a nosso respeito” (Santos,2021,p15).

Este trabalho se relaciona a minha temática em muitos aspectos, em especial a questão da representatividade, na necessidade de contar nossa própria história, assumindo o lugar de sujeitos históricos, da potencialidade dos discursos femininos negros no contexto escolar contribuindo para uma educação para a liberdade, antirracista, plural. No meu caso centralizando na produção escrita de intelectuais negras.

A terceira dissertação foi de Marilin Farias, da Universidade Federal do Pará, também de 2021, intitulada: **“Ensino de história e direitos humanos: a história de gênero na perspectiva interseccional e a luta da mulher negra por direitos”**. Na introdução ela trás como objetivos: Trabalhar direitos humanos a partir da questão interseccional de gênero; esclarecimento que assegure a igualdade e a dignidade de direitos aos sujeitos sociais; converter a sala de aula em espaço de interação e mobilização a fim de contribuir para a construção de uma comunidade democrática de aprendizagem. O problema da pesquisa também é apresentado na introdução: Como a educação em direitos humanos pode ser trabalhado a partir do ensino de história pelo recorte de gênero e interseccionalidade? E quais estratégias de ação pedagógica em história pode ser usado a fim de ressignificar a compreensão dos alunos acerca dos direitos das mulheres, em particular da mulher negra? Para elucidar o problema partiu de algumas questões: O que dizem os documentos oficiais sobre os direitos humanos e a participação da mulher em sua constituição? Qual a relevância do tema para o ensino de História? Em uma perspectiva interdisciplinar construir uma cultura de enfrentamento as injustiças sociais e reforçar a ideia de justiça, cidadania para uma ação democrática consciente. Como a autora afirma: “A dissertação objetiva contar a história dos direitos humanos pela perspectiva da ação das mulheres que resistiram contra a violência, a injustiça, a desumanização e a opressão” (Farias, 2021, p21). A escolha dessa dissertação se deve ao fato da autora já colocar no título seu objetivo de trabalhar com a categoria de interseccionalidade que é um enfoque trabalhado na minha pesquisa. Na medida que nos propomos a trabalhar com a temática de mulheres negras importa destacar esta categoria, pois repetidas vezes mulheres negras vivenciam o cruzamento dessa estruturas de opressões de raça, de gênero e de classe. A autora debate um tema fundamental que são os direitos humanos e destaca o papel da mulher e, em especial da mulher negra na luta por direitos. Esta visão do protagonismo de mulheres negras em muito me se relaciona com a minha pesquisa.

A última dissertação escolhida foi através da busca pelo termo, Educação Antirracista, selecionei a dissertação de Beatriz Soga Moreira Militão, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, também de 2021, intitulada: **O Ensino de História numa perspectiva antirracista**. A autora inicia com uma análise sobre a questão do racismo estrutural,

identificando que a educação escolar acaba por reproduzir hierarquia racial. Parte da concepção que a modernidade europeia está entrelaçada ao colonialismo e ao racismo. E percebe o ensino de história numa perspectiva antirracista e decolonial. Enfatiza que o racismo tem sua origem na modernidade europeia, mas que ele se reinventa e se atualiza. Numa perspectiva de que o racismo foi o mecanismo que se desenvolveu lado a lado com o capitalismo, na medida em que o conceito de negro se confunde com os conceitos de escravizado e de raça, é um modelo legitimador da opressão e da exploração a serviço do capitalismo. A desnaturalização do racismo deve permitir que estudantes compreendam que desde o colonialismo até hoje há uma nítida separação entre espaços ocupados por brancos e negros. Esta última dissertação relaciona-se a minha pesquisa, especialmente por partir da compreensão que o espaço da escola e da sala de aula, pode ser um espaço de transformação, debates, construção do conhecimento plural. Questões que estão tão presentes no cotidiano de todos nós, como por exemplo o racismo, podem e devem ser confrontados, debatidos e coletivamente contribuir para relações sociais mais justas, democráticas e de respeito.

Esta busca por dissertações do programa que dialogam com minha pesquisa foi importante para consolidar minhas próprias ideias. Ver que outras pessoas pensaram e desenvolveram a temática de mulheres negras e educação antirracista, cada uma com enfoques diferentes, mas todas com a preocupação genuína de contribuir de fato por uma ação pedagógica para a construção e consolidação de uma educação antirracista. Inclusive analisando a bibliografia utilizada pelas autoras, ampliou minhas possibilidades de leitura.

É fundamental destacar o processo de construção de subalternização dos negros/as, forjado na Modernidade colonizadora para justificar práticas violentas e a permanência da colonialidade a fim de promover a exclusão do povo negro dos postos de decisão das sociedades capitalistas e consolidar uma perspectiva social de mão-de-obra barata para abastecer o sistema. Ressaltando o papel das mulheres negras no que se relaciona a sua posição hierárquica dentro dessas sociedades e seu importante papel na construção de resistências ao projeto hegemônico de exclusão. O processo de subalternização do negro/a, em especial no pós-abolição no Brasil, se relaciona ao fato da população negra passar a ser vista como uma ameaça aos projetos das elites de formar uma identidade brasileira branca e europeia. Esse ex-escravizado que ameaçava essa construção de uma identidade nacional na qual só o branco tinha lugar. Processo marcado pela tentativa de desaparecimento do povo preto, em uma política de Estado de branqueamento. Nesta perspectiva a população negra foi submetida a uma série de mecanismos que levasse a sua extinção, seja pela mestiçagem, pela

falta de acesso a educação e ao trabalho formal. Nesta lógica perversa tudo o que se relacionava ao povo negro foi criminalizado, desrespeitado, infantilizado, marginalizado.

Contudo há uma história de lutas e resistências por preservação de sua ancestralidade, de seus saberes, de seu modo de existir, pela sua sobrevivência dentro desse cenário tão adverso. Respondendo a dimensão estrutural do racismo, a população negra se organiza, esses movimentos sociais desestabilizam as relações de colonialidade, construindo contra narrativas que trazem novas perspectivas e paradigmas. (Bento, 2022)

No interior dessa luta encontram-se as mulheres negras, que vivenciam experiências de opressões bem latentes e cruzadas, de raça, gênero e classe. Essas mulheres que formam a base dessa sociedade hierarquizada se mobilizaram todo o tempo e construíram formas de lutas contra essa hegemonia da branquitude. É sobre essa mulheres e essas lutas que me dedico neste capítulo.

Mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. O conceito de interseccionalidade permite ver a colisão das estruturas, a interação das avenidas identitárias, fracasso do feminismo que reproduz o racismo e do movimento negro pelo caráter machista. (Akotirene, 2023). É fundamental perceber a existência de uma matriz colonial moderna e suas relações de poder. Os grupos subalternizados precisam de instrumentalidade conceitual e sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários e atenção global na matriz colonial moderna, evitando um eixo de opressão. O projeto feminista negro dialoga com as avenidas identitárias do racismo, do capitalismo e do patriarcalismo. O feminismo negro se levanta contra a necropolítica colonialista moderna. A perspectiva interseccional quer resgatar os discursos que foram historicamente silenciados por critérios raciais e por separatismos identitários. Apagamento epistêmico, resultado da modernidade colonial. A produção teórica e ação do movimento feminista, contribuiu para tornar irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade.

O movimento de mulheres no Brasil é um dos mais respeitados do mundo. A potência desse movimento se revela no encaminhamento da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% da sua pauta, incluindo a destituição do pátrio poder. A Constituição de 1988 é a primeira a estabelecer plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil. Estabeleceu também que era dever do Estado coibir a violência intrafamiliar. O Conselho Nacional de Direitos da Mulher (1985), lutou por quatro anos para inserir suas demandas na Constituição Cidadã. O movimento de mulheres se destacou também no processo de

redemocratização do país, influindo no campo das políticas públicas, voltado especialmente para a condição de igualdade de gênero. (Carneiro, 2003)

A luta contra violência doméstica e sexual saiu da esfera privada e alcançou a esfera pública, tornando-se objeto de políticas específicas. No campo da sexualidade, a luta das mulheres resultou em conquistas de novos direitos, tanto sexuais quanto reprodutivos. No campo político foi aprovada a lei que reserva 20% das legendas dos partidos para as candidatas mulheres (Lei 9100/95). No mercado de trabalho, o movimento feminista resultou na diversificação, em termos ocupacionais, embora as desigualdades salariais, permaneçam.

O movimento feminista brasileiro está identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país. Teve protagonismo nas lutas pela anistia, por creche, demanda essencial das mulheres da classe trabalhadora e na descriminalização do aborto, que penaliza especialmente as mulheres de baixa renda. Mas mesmo esse movimento progressista, ligado às demandas populares, foi incapaz de conhecer as diferenças e desigualdades dentro da perspectiva feminina de vozes silenciadas e corpos estigmatizados. Este esquecimento por parte do movimento feminista se explica pelo que se denominou racismo por omissão, cuja raízes estão em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista (Gonzalez, 2020) Como afirma Sueli Carneiro: “*Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressões além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.*” (Carneiro, 2003, p 118)

A denúncia contra esse silenciamento vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo no Brasil. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o movimento de mulheres negras. Este movimento dentro da luta feminista denuncia a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, revelando a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construído em sociedades multirraciais e pluriculturais.

Com essa perspectiva engendrou-se uma agenda específica que combateu não só as desigualdades de gênero, mas também a de raça e de classe. Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. (Carneiro, 2003), esses sujeitos assumem diversos olhares a partir do lugar social que ocupam. Mulheres indígenas, mulheres negras, possuem demandas específicas, exigem práticas igualmente diversas, que ampliam o protagonismo feminino na sociedade, levando em conta as diferentes especificidades e demandas. Neste sentido, o combate ao racismo é uma prioridade política de mulheres negras, visto que a variável racial produziu pessoas subalternizadas, mulheres e homens negros. Como afirma Sueli Carneiro:

“A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres.” (Carneiro, 2003, p 119)

A marca eurocentrista do movimento feminista brasileiro, omitiu a centralidade da questão racial nas hierarquias de gênero, não levou em conta os processos de dominação, violência e exploração que estão na base das relações entre brancos e não-brancos. Desvalorizando assim, toda uma história feita de resistência e de lutas por parte de mulheres negras que protagonizaram essas lutas por conta de uma memória cultural ancestral e em que nada se relaciona com o feminismo eurocentrado.

A identidade de gênero não se desdobra portanto, em solidariedade racial. Mulheres negras enfrentaram, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo produziu. Assim como a discriminação racial não conduz a solidariedade entre gêneros, visto que mulheres negras tiveram que lutar por demandas dentro dos Movimentos Negros Brasileiro. Dentro dos movimentos étnicos se estabelece a consciência da discriminação sexual, pois homens negros reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante, tentando excluir as mulheres da esfera de decisão do movimento. (Gonzalez, 2020)

A luta de mulheres negras por direitos passa então pela pressão e engajamento em movimentos populares (como por exemplo o movimento das favelas, criado pelo subproletariado urbano, habitantes de favelas e regiões periféricas, reivindicando melhores condições de transporte, moradia, educação, saúde), movimento negro, movimento de mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar sua agenda específica. Desde meados dos anos de 1980 vem se ampliando organizações de mulheres negras, onde temas fundamentais da agenda feminista são analisados por essas mulheres à luz dos efeitos do racismo. Propondo uma agenda em diferentes aspectos da vida em sociedade, como: Mercado de trabalho, denunciando o abismo entre brancos e negros e, em especial da mulher negra neste mercado. Se faz necessário o efetivo combate ao racismo e aos privilégios da branquitude em decorrência dessa realidade, um imperativo ético e político, a fim de que o movimento feminista reflita os anseios coletivos da luta feminina, para que represente os anseios e interesses do conjunto de mulheres.

Outro aspecto é a violência, que atinge mulheres de todas classes e etnias, mas para além da violência doméstica e sexual, os efeitos da hegemonia da branquitude se reflete numa violência invisível que recai sobre mulheres negras, pois constrange o direito à imagem ou uma representação positiva, inibe o pleno exercício, cerceia o acesso ao mercado trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima. O desejo de se tornar branco é internalizado com a consequente negação da própria cor, da própria cultura. Um processo de rejeição e perda de identidade na qual, especialmente, meninas negras estão submetidas. (Carneiro, 2003)

Outro aspecto fundamental é o acesso à saúde, dentre as contribuições do feminismo negro está a incorporação da temática da saúde e dos direitos reprodutivos na agenda da luta antirracista e o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais nessa temática, compreensão da opressão de gênero e do racismo na manutenção, recuperação e perda da saúde em uma sociedade classista. A esterilização ocupou lugar de destaque nas discussões e demandas das mulheres negras, denunciando a esterilização de mulheres de baixa renda, que o fazem quando não encontra no sistema de saúde alternativas para o controle reprodutivo.

Outro setor de embate na luta antirracista são os Meios de Comunicação, a exclusão ou não-representação ou distorções da imagem da mulher negra nos meios de comunicação são formas de violência. Visto que os meios de comunicação ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos. Por muito tempo a presença de mulheres negras na mídia esteve sempre relacionada a categorias específicas (a mulata, a empregada doméstica) consolidando este estereótipo no imaginário social. Pois os meios de comunicação são agentes que operam, constroem e reconstroem no interior de sua lógica de produção os sistemas de representação.

Muito recentemente temos visto mudanças neste padrão, com a presença de negros nos diferentes meios jornalísticos, assim como em produções de novelas e filmes com a presença cada vez maior de não-brancos, e em posições outras que não aquelas estereotipadas. Num processo de quebra de hegemonia da representação do povo brasileiro, que em nada se relacionava com a realidade multirracial. São ainda grandes os desafios nesta área em prol da construção de um novo imaginário da mulher negra neste espaço. Tratar a comunicação como nexo de empoderamento tem sido fundamental para garantir uma representação positiva, bem como a visibilização do processo de mobilização e de lutas. Como afirma Sueli Carneiro:

“As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também de capacitar

suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipos e distorções pelas mídias eletrônicas ou impressas.” (Carneiro, 2003, p 126)

Neste início do século XXI, o protagonismo crescente de mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro se reflete na mudança de perspectivas, reposicionando a luta feminista no Brasil, sendo gestada coletivamente por mulheres plurais e com demandas específicas. Tendo como princípios orientadores uma vasta agenda, desde a critica ao modelo neoliberal, insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético, passando pelo comprometimento com a defesa dos princípios de igualdade e justiça social e econômica, e o comprometimento com a luta antirracista, entre outros. Ao incorporar o princípio da luta antirracista selo um pacto de solidariedade e corresponsabilidade entre mulheres na luta pela superação das desigualdades de gênero.

A democracia representativa ainda está impregnada de racismo, sexismo e classismo, que consolidaram um poder hegemônico de face masculina, branca e heterossexual. A articulação permanente das exclusões de gênero e raça determinada pelas práticas sexistas e racistas são pré-requisitos fundamentais para selar uma perspectiva de luta comum entre mulheres brancas, negras, indígenas. O combate ao racismo, antes questão periférica ou inexistente, tornou-se um dos elementos estruturais da Plataforma Política Feminista (2002), documento coletivo, produzido por dez organizações do movimento de mulheres no Brasil que estavam na Comissão da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em 6 e 7 de junho de 2002. Assim como as temáticas da reforma agrária e do meio-ambiente.

Vale destacar a Marcha das Mulheres Negras em 2015, um processo que atraiu mulheres negras de diferentes extrações sociais, urbanas e rurais, mostrando o crescimento desse movimento, sua capacidade de ação coletiva e auto-organização. Em novembro de 2015 se reuniram em Brasília cerca de 50 mil mulheres negras “*corpos que insistem em se rebelar, andamos na contramão e resistimos às representações que teimam em nos colocar no lugar da subalternidade e da subserviência*” (Figueiredo, 2022, p. 204) Uma presença que utiliza os corpos como expressão política e identitária na denúncia das condições de vida, da invisibilização no processo histórico e nas narrativas hegemônicas da sociedade brasileira, da hipersexualização dos corpos femininos negros, dos 50 milhões que estão à margem do modelo político, econômico e social.

Denúncia de um capitalismo que explora, exclui e subemprega a mão de obra da população negra, em especial, mulheres negras. O Estado que não garante acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia e que controla corpos negros através da violência policial e contribui para o aumento da população encarcerada. Falência de um projeto de Estado que manteve intacta as hierarquias raciais e de gênero do período colonial. Modelo econômico e político baseado na exploração e relações de poder desiguais oriundas da exploração capitalista e na hierarquia racial.

Nesta perspectiva, somente um novo pacto civilizatório, baseado no direito à vida e a liberdade, na promoção da igualdade racial, direito ao trabalho, à educação, à justiça, à moradia, à terra, à segurança, à cultura poderia gerar real mudança das estruturas perversamente hierárquicas e desiguais da sociedade. E mesmo com o processo de ampliação de direitos observados no século XXI, políticos, de bens e de serviços, as mulheres negras permanecem em sua grande maioria em condições de vulnerabilidade e sem garantias.

É preciso assegurar a sobrevivência da população negra em sua dimensão cotidiana. A pauta das mulheres negras se insere na luta por trabalho, moradia, saúde, educação e outras demandas. A luta feminina negra, não se restringe a pautas específicas, visto que a luta parte por garantir o direito à vida, romper com a lógica de dominação e exploração. Portanto, na perspectiva feminina negra, antes de tudo é necessária a luta pela superação do racismo e da violência das quais mulheres negras são alvo. A luta antirracista e antissexista estão interligadas. A luta é coletiva, os laços afetivos, a solidariedade, o cuidado, são mecanismos para promover a mobilidade social ascendente, oportunizando as novas gerações ter acesso a níveis de educação superiores ao das gerações anteriores. Na perspectiva de que o acesso à educação permite o acesso à postos de decisões, tornando a representatividade no poder mais plural, a fim de que demandas diversas sejam efetivamente observadas e respondidas. A mudança passa por oportunizar os diferentes sujeitos sociais a ascensão social, política, econômica, educacional.

As demandas femininas negras: Diferentes Perspectivas

As categorias de gênero e raça emergiram da Modernidade/Colonialidade como dois eixos de exploração de pessoas e estratificação social. Foi estabelecida ao longo dessa Modernidade uma hegemonia cultural euro/estadunidense, que tem dominado a escrita da história humana. Este eurocentrismo levou a racialização do conhecimento, privilegiando a Europa e o gênero masculino.

O feminismo ocidental, transformou em questão pública o que antes era percebido como questões particulares. Isto é, problemas pessoais das mulheres na esfera privada, são na realidade questões de ordem pública que tem sua origem na estrutura social de desigualdade de gênero. Questões relativas a direitos políticos, de bens, violências e outras pautas. Utilizam portanto, a categoria gênero como modelo explicativo para a subordinação e a opressão de mulheres.

Gênero é uma construção sociocultural. Trata-se de uma categoria muito particular de mulheres brancas, especialmente dos Estados Unidos. Para as afro-americanas, gênero não está independente da categoria de raça e classe. Portanto, ressaltar a diferenciação entre mulheres é importante a fim de teorizar sobre as múltiplas formas de opressão, destacando também o papel do colonialismo e do imperialismo.

Os conceitos do feminismo ocidental estão enraizados na família nuclear ocidental, seus três pilares são: mulher, gênero, irmandade. Gênero é o princípio organizacional fundamental da família e sua distinção a primeira fonte de hierarquia e opressão, reduz a mulher a esposa (Oyewùmí, 2020, p. 173-175). Como raça e classe não são considerados na família, o feminismo branco não deu conta de abraçar essas categorias. A mulher/esposa não sai da unidade doméstica, ou seja, a conceituação feminista não ultrapassa os estritos limites da família nuclear.

Em África, não se concebe um termo como “mãe solteira”, visto que a maternidade é definida como uma relação progenitora, independente da relação com o pai. Segundo Oyewùmí, na literatura feminista, a maternidade é subsumida à condição de esposa. Enquanto em muitas outras sociedades a maternidade constitui a identidade dominante de mulher. O feminismo ocidental universaliza a experiência da maternidade de uma família nuclear, tomando isso como dado humano. Expandido para outras culturas que tem diferentes organizações familiares. (Oyewùmí, 2020, p. 176) O conceito de feminismo emergiu dentro da lógica da família nuclear patriarcal e, inapropriadamente foi universalizada.

Por exemplo, a sociedade Yorubá, sudoeste da Nigéria, não é marcada por gênero. O princípio fundamental da organização familiar é a senioridade, independente de gênero. Este princípio é dinâmico e fluido e os papéis sociais são situacionais. A família nuclear é conjugal, se constitui em torno do casal. No oeste africano é a linhagem que é considerado como família. Centralidade em torno de irmãos e irmãs. A mãe é o pivô em torno do qual as relações familiares são delineadas e organizadas (matrifocalidade). Tais exemplos de organizações familiares representam um desafio a universalização injustificada dos discursos

feministas de gênero. A análise e interpretação das diversas regiões da África devem começar a partir da África.

Importante destacar o material bibliográfico produzido por feministas negras africanas, acadêmicas e ativistas, no continente ou na Diáspora, que refletem partindo do ponto de vista africano. Exemplo disto, são as mulheres que lutaram pela independência de Angola ao lado dos homens. As lutas de libertação formam a base para os feminismos africanos. Desde os século XIX existe uma luta por igualdade de direitos coletiva contra os costumes que essas sociedades impunham as mulheres. Lembrando que em África pré-colonial as estruturas familiares com linhagens matriarcais conferia força as mulheres africanas. (Silva, 2021, p.270) No século XX, as lutas anticoloniais orientaram as mulheres a uma luta que envolvia as questões políticas muito mais do que a pauta feminina e a luta contra o patriarcado. Lutavam contra a opressão do poder colonial e dificilmente desapro davam o poder patriarcal dos líderes da independência. (Silva, 2021, p.271)

Após a luta armada, entre 1960/1975, abriu-se um maior espaço para o pensamento feminista da sociedade em geral. A emancipação das mulheres africanas teria que ser em escala continental, buscando melhores condições sociais e econômicas para as mulheres nas condições de trabalho. Indagações coletivas vindas de jovens mulheres pensadoras não declaradamente feministas, mas muitas protagonizaram as lutas por libertação. Emancipação feminina é um termo que se destaca somente no pós-independência. Revelando um duplo combate, ao colonialismo e ao patriarcalismo. Há uma crítica ao feminismo ocidental, pela dependência da divisão binária de gênero. A agenda feminista em África, reconhece a memória de seus ancestrais, concentram-se nas experiências das mulheres africanas, se propõe a resgatar os aspectos positivos da cultura e de construção de coisas novas, numa agenda feminista transformadora.

Reivindicam o direito de teorizar, escrever e formular estratégias por si mesmas, refletindo sua própria realidade. O patriarcado não funciona sozinho, a luta é contra estruturas que vão além das opressões de gênero. Os feminismos africanos são construídos em África e na Diáspora. Reflete realidades dos 54 países do continente. Inserindo um questionamento dos lugares de produção do conhecimento e conceitos feministas hegemônicos (mulheres ocidentais, classe média ou elites, brancas, urbanas e educadas) que pensam que suas teorias tem validade universal.

A própria categoria social “mulher” não é universal. É necessário compreender os feminismos em sua pluralidade. Descolonizar o conhecimento e ter como referência no debate do feminismo as experiências e epistemologias africanas. Grupos e sujeitos sociais tem

condições diferenciadas a depender dos contextos e culturas nas quais estão inseridos. Assim, elaboram o feminismo a partir das relações coletivas concretas. Gênero e raça não podem ser analisados da mesma forma em todas as sociedades. (Silva, 2021,p. 275) A perspectiva feminista africana inclui uma visão holística e comunitária das sociedades africanas, a luta pela igualdade deve ser centrada na comunidade ou família. Busca-se igualdade de gênero com participação dos homens.

Raça em África é um fenômeno profundamente relacionado às possibilidades de acesso ao exercício da cidadania no contexto do Estado colonial. Como é o caso dos mestiços da Guiné e em outros países de colonização portuguesa. Aos da terra, as possibilidades educativas e ascensão social foram bastante limitadas e na construção do novo Estado Nacional foram marginalizados. Relações que se estruturaram ao longo do processo de dominação hierárquica em torno de classe e gênero/ campo e cidade. As mulheres africanas “*buscam resgatar sua identidade prioritariamente na luta dupla contra as opressões coloniais e patriarcais.*” (Silva, 2021, p. 279) Mulheres que se apropriaram do discurso nacional-emancipacionista dos movimentos de libertação.

Os conceitos de raça e racismo assumem dinâmica distintas no continente e na Diáspora. O debate sobre raça é estruturante nas sociedades que compartilham a experiência colonial. A luta das mulheres africanas não se separa da luta contra o colonialismo, da escravidão e do etnocentrismo. Importante afirmar que o feminismo não foi importado do Ocidente; existe uma longa história de resistência ao patriarcado na África; a centralidade da produção de intelectuais africanas nas experiências de mulheres africanas. Na percepção de que o termo feminismo aprisiona, na medida que replica uma perspectiva dominante ocidental, surge o mulherismo africano, uma categoria que opera dentro da concepção de raça, a partir da perspectiva afrocentrada. O sexismo seria uma demanda secundária proveniente das questões de raça e classe. Designa a luta das mulheres africanas em seu contexto, ao mesmo tempo uma luta contra o controle estrangeiro e o domínio masculino. Problematizando os conceitos universalistas, como “mulher”, “gênero”, “feminismo”, as experiências e as especificidades.

Podemos perceber o mulherismo como uma variante afroamericana. O feminismo objetiva derrubar barreiras, buscando igualdade de oportunidades sociais, políticas e econômicas para as mulheres. Opondo-se a ideia de que suas características biológicas nos tornam inferiores, ou seja, os estudos feministas procuram desconstruir o paradigma masculino e construir uma perspectiva feminina, a partir da experiência feminina. No entanto, esta perspectiva feminina branca ocidental não considerou as especificidades de não brancos,

homens ou mulheres. Se colocaram para o mundo como um movimento de emancipação das mulheres, sendo que refletiam os anseios de mulheres brancas da Inglaterra e dos Estados Unidos.

A necessidade de desenvolver uma teoria que atendesse as especificidades das mulheres negras conduziram a elaboração de uma vertente do feminismo chamado mulherismo, estabelecendo uma estética para a experiência literária feminina negra. Mulherismo está baseado na cultura africana, sendo assim está necessariamente focado nas experiências, nas lutas e nas necessidades e desejos das mulheres africanas. Teoria alternativa com enfoque na experiência feminina negra, destacando as questões raciais, o classismo e o sexismo. Visto que as opressões raciais e de classe são inseparáveis da opressão sexista. O feminismo branco acaba muitas vezes por reproduzir o racismo. Opressão racial e de classe precedem a opressão sexista, visto que a emancipação das mulheres negras só virá com a emancipação do povo negro. Mulherismo reconhece a tripla opressão, mas acredita na parceria de mulheres e homens negros a fim de superar as opressões raciais e de classe. Está enraizado na cultura africana da centralidade da família, na comunidade. O mulherismo afro-americano se propõe englobar experiências dos negros em África e na Diáspora, na construção de uma sociedade harmoniosa e esta transformação é responsabilidade de todos, mulheres e homens.

Para as mulheres negras norte-americanas, o gênero não poderia ser compreendido fora da intersecção entre as categorias de raça e de classe. Questionavam assim, a agenda do feminismo ocidental, ressaltando a diferenciação entre as mulheres. Em uma sociedade racista e sexista levaram as mulheres negras a desvalorizar sua condição de mulher e considerar raça como a categoria fundamental de identificação. Ainda no século XIX, mulheres negras começaram a dar voz às suas experiências e a registrá-las. A luta para acabar com o racismo e a luta para acabar com o sexismo são interligadas. Mitos foram criados, como a “força” das mulheres negras, habilidade nata de carregar fardos, desconsiderando a realidade, resistência não significa transformação. Enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao trabalho, ao voto. Mulheres negras lutavam pelo direito de existir. A emancipação das mulheres brancas no século XX foi feita muito em cima do trabalho de mulheres negras. Estas assumiram os postos que as brancas estavam abandonando, o do cuidado da casa e dos filhos.

“A desvalorização da mulheridade negra depois do término da escravidão foi um esforço consciente e deliberado dos brancos para sabotar a construção da autoconfiança e do auto respeito da mulher negra” (hooks, 2024, p. 103) com o objetivo de evitar qualquer mudança no status social. Vistas como ameaça a hierarquia de raça e sexo existente, pois o

fato de mulheres negras terem realizado as mesmas atividades de homens no período da escravização, os patriarcas brancos contradiziam sua própria lógica sexista das mulheres serem inferiores por não ter a mesma força física. Disseminam o mito das mulheres negras como não humanas, masculinizadas, castradoras e ameaçadoras. A imagem da mãe preta era o imaginário ideal da mulheridade negra: submissão total, cuidadora passiva, este estereótipo não era uma ameaça a ordem social patriarcal branca.

As mulheres negras no século XIX, eram mais conscientes da opressão sexista do que qualquer outro grupo de mulheres, mas não tinham nenhum poder para transformar sua resistência em uma ação coletiva organizada. A política da colonização e o racismo impediram a participação da mulheridade negra nesses movimentos. Era necessário vencer o racismo para que mulheres negras pudessem ter sua voz reconhecidas. No entanto, o comprometimento de erguer o povo negro como um todo não anulava a luta pela mudança do papel das mulheres em sociedade. Os movimentos de mulheres negras no final do XIX e início do XX nos Estados Unidos estava enraizado no movimento das mulheres. Entretanto, o racismo das mulheres brancas e a estrutura social do apartheid levaram as mulheres negras a centralizarem a si mesmas. Várias organizações de mulheres negras foram criadas para ajudar mulheres negras na sua luta por autodesenvolvimento.

Nos anos de 1920, o sistema do apartheid racial foi institucionalizado. No pós-primeira guerra, os negros estavam excluídos dos sindicatos, dos melhores postos de trabalho e enfrentavam a perversidade de organizações como a Ku Klux Klan. Na década de 1930, enquanto as ativistas brancas lutavam por Direitos Iguais, as ativistas negras lutavam para evitar os linchamentos de homens e mulheres negros/as. No pós-segunda guerra, em um período de conservadorismo, neurose anticomunista e repressão, luta-se pela eliminação do racismo, não do capitalismo ou do patriarcado. Almeja-se conquistar participação no Estado-Nação já existente, estabelecer comunidades e famílias a partir dos mesmos padrões dos brancos, isto é, a masculinidade e a feminilidade, o papel do macho provedor e da esposa do lar, na tentativa de retornar ao período anterior a guerra, pois a guerra obrigou muitas mulheres a ir para o mercado de trabalho. Ascensão de uma classe média negra com acesso a roupas, cosméticos e revistas femininas. A perspectiva nos anos 1960 era de que a luta de libertação das mulheres ia contra a luta de libertação do povo negro, houve uma certa submissão ao patriarcado, na busca de uma “feminilidade idealizada”. Nos anos 1960, no movimento pela libertação negra, seus líderes acabaram por tornar a libertação das pessoas negras da opressão racista sinônimo da conquista do direito de assumir o papel de patriarca, de opressor sexista.

Ou seja, inicialmente as feministas negras estadunidenses procuraram se juntar aos movimentos de emancipação das mulheres, mas logo perceberam que as mulheres brancas no movimento tinham pouco conhecimento ou pouco se preocupavam com os problemas das mulheres não brancas e também a de classes sociais baixas e não estavam dispostas a mudar o foco do movimento. Perceberam então, que o movimento se concentrava nas questões, não das mulheres como grupo coletivo, mas sim nas preocupações individuais da pequena minoria que havia organizado o movimento. A sororidade das mulheres brancas não significava renunciar aos privilégios de sua raça e sua classe. Mulheres que estavam muito mais preocupadas em entrar para a estrutura de poder patriarcal capitalista do que subverter a ordem. A luta pela emancipação feminina passa por desconstruir o paradigma que permeia a cultura ocidental que molda os papéis feminino/masculino, passa pela reconstrução das sociedades com base em valores humanos.

Novas perspectivas se apresentam na construção da luta feminina por emancipação. Uma delas é a perspectiva afrocentrada, se nutrir da ancestralidade para resistir no presente. Como afirma Gabriela Maria Chabatura:

“o caminho de (re)ontologização, (re)humanização e formulações de novas categorias epistemológicas de gênero, passa inevitavelmente, pelo reconhecimento da história daqueles que vieram antes e deixaram como herança estratégias de resistência e sobrevivência após o sequestro, tráfico transatlântico e inicio da modernidade/colonialismo em 1492” (Chabatura, 2022, p. 554)

A colonialidade do poder interpela mulheres negras, mas nossa existência não está condicionada à violência escravocrata, mas sim a um passado de organizações cultural, social, política e de produção do conhecimento. A abordagem holística, rompe com a dialética cartesiana, o pensamento (razão) e o corpo (experiência) coexistem a partir da energia da coletividade.

No Brasil, a luta pela emancipação feminina se apresenta ainda no século XIX, com enfoque no sufrágio feminino e no direito ao trabalho. No século XX, na década de 1970, se consolida a presença feminina como população economicamente ativa e somente nos anos de 1980 se faz a crítica ao universalismo do movimento. Mulheres negras denunciam o racismo no interior do movimento e o sexismno no interior do movimento negro. Neste contexto surge com mais força o feminismo negro, no processo de redemocratização do país. Neste contexto se destaca Lélia Gonzalez ao criticar o feminismo hegemônico por não considerar as

escrevivências de mulheres negras. A critica se refere também ao fato de que as diferenças biológicas dos corpos sempre centraliza o debate; que aparta os homens da participação do movimento, visto que o homem negro, vitima do colonialismo é visto como aliado e não inimigo.

O mulherismo africana é uma alternativa afrocentrada. Parte das experiências de mulheres africanas (no continente ou em diáspora), em uma perspectiva autêntica africana, olhar para o berço civilizatório da África. E uma epistemologia de luta coletiva para toda a família ou comunidade. Em um contexto de busca de se autodenominar, de irmandade entre mulheres, na sobrevivência do povo negro, na autoestima e autoconfiança, na conexão cultural. A categoria que Lélia trás de Amefricanidade, procura abarcar as formações de sociedades multirraciais e multiculturais nas Américas, apresenta uma visão interseccional, destaca os estereótipos que recaem sobre as mulheres negras e suas consequências no imaginário social, a da mãe preta, da mucama e da mulata). Nesta perspectiva afirmar-se como amefricana significa caminhar rumo à liberação e identidade racial. A epistemologia branca-ocidental se funda na individualidade e na racionalidade. A epistemologia negra e não-brancos se constituem por meio da pluralidade, da conexão com a comunidade, a pluriperspectiva de perceber e experenciar o mundo.

Lélia Gonzalez: Amefricanidade



Fonte:

https://wikifavelas.com.br/index.php/L%C3%A9lia_Gonzalez_%28PT_-_PDT_-_RJ%29_-_Favela_da_Praia_do_Pinto_-_RJ

Lélia Gonzalez tem uma perspectiva do conhecimento afrocentrado na elaboração do protagonismo negro e na construção das narrativas negras. Apresenta também uma

perspectiva interseccional. Segundo ela, gênero e raça são manipulados de modo que no Brasil, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem as mulheres negras. Tal realidade resulta de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais.

Lélia fala sobre um projeto de resgate de especificidades, construídas no interior de diferentes sociedades que se formaram na América, a Améfrica, categoria historicamente construída inspirada em modelos africanos, que se identifica na diáspora e na experiência histórica comum, em que o racismo é uma realidade presente e constante.

As manifestações artísticas e a influência negra na formação histórico-cultural da América é encoberta pelo véu ideológico do branqueamento, é caracterizada por classificações eurocêntricas como “cultura popular”, “folclore nacional” minimizando a contribuição negra. (Gonzalez, 2020) Em um processo que se desenvolve dentro de uma tradição eurocêntrica pré-colonialista, desde o século XV, que consideram exóticos todo saber proveniente de povos não-europeus, não-brancos. Visão de uma superioridade forjada que justificava a brutalidade com a qual tratavam esses povos. A presença negra está na construção do continente americano. A categoria ameficanidade, desenvolvida por Lélia, não se restringe ao caso brasileiro e tem valor metodológico de resgatar uma unidade específica, historicamente construída. A presença africana constitui marca permanente na elaboração do perfil do chamado Novo Mundo.

Na América anglo saxônica, a exploração/opressão foi aberta, visto que a miscigenação não era saída, pois o grupo hegemônico não concebia tal possibilidade. A fim de afirmar sua “superioridade”, a única solução possível foi segregar os grupos não-brancos. Nas sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado, onde prevalece a teoria da “miscigenação”, da “assimilação”, pelo mito da “democracia racial”. O racismo disfarçado se constitui em uma forma eficaz de alienação dos racializados. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter grupos racializados em condição de subalternidade, inserido na ideologia do branqueamento. Num processo perverso de exclusão e silenciamentos. Sociedades profundamente hierárquicas que dispensaram formas abertas de segregação, visto que racialmente estratificadas.

Se contrapõe a esse processo, a resistência e a criatividade na luta contra a escravização, ao extermínio, a opressão, a exploração, ao epistemicídio. Nesta contra narrativa a herança africana foi potente para mobilizar e resistir. A identificação como amefricanos impulsiona a reafirmar a particularidade de nossa experiência na América, sem esquecer os laços com a África. Desconstruindo a narrativa hegemônica de que os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. A ameficanidade se manifesta nas

revoltas, nas formas alternativas de organização social livre (quilombos), nas estratégias de resistência cultural. Vale destacar o papel das mulheres negras nesta resistência. Como afirma Lélia no texto Nanny: Pilar da amefricanidade:

“A primeira história, simbolicamente, remeteria ao papel da mulher que assegura a regeneração e a continuidade de uma sociedade que, sob condições adversas, se encontra numa luta constante pela sobrevivência. A segunda apontaria para a perspicácia feminina no desenvolvimento de táticas absolutamente inesperadas para o inimigo, cuja fonte está no saber próprio do grupo. Já a terceira, a nosso ver, simbolizaria a profunda radicalidade de uma posição anticolonialista.” (p. 155)

A segregação reforça a identidade racial, pois suas práticas cruéis são bem conhecidas, a única saída é a afirmação da humanidade e competência de todo um grupo racializado e subalternizado. Nas sociedades do racismo disfarçado, vozes solitárias se ergueram denunciando suas práticas. A categoria da amefricanidade permite ultrapassar barreiras territoriais e linguísticas. Como afirma Lélia: “*A categoria amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas), que é afrocentrada*” (Gonzalez, 2020, p 135)

No “Discurso na Constituinte”, Lélia mostra o processo de marginalização e discriminação e os mecanismos desenvolvidos no interior da sociedade brasileira para que ela se visse como branca e masculina. Destaca que discursos e práticas elitistas, racistas e sexistas estavam na base da construção desse país. As escolhas de representação, classificação, valorização e significação nos remete sempre a cultura dominante e a classe e raça dominante impõe ao todo da sociedade uma visão alienada de si.

Dos meios de comunicação que historicamente sempre reproduziu a imagem de um Brasil branco, à política de branqueamento que rejeita o imigrante não-branco (1890-1930), ao evolucionismo que colocava o homem branco europeu no degrau máximo da humanidade. No século XIX, o homem branco se colocava no centro da evolução da humanidade e se afirmava superior e o não-europeu era visto no estado teológico (dominado pela natureza). A fim de afirmar a suposta superioridade do homem branco ocidental se escolheu um conhecimento extraordinário da história europeia e em contra partida, um desconhecimento extraordinário da história africana e da história americana.

A sociedade brasileira se estratificou racialmente. No vértice encontra-se o homem branco e no seu vértice inferior, de um lado o/a indígena e do outro o/a negro/a. Visto que a ideologia emana dos que tem os meios de comunicação, a estrutura educacional e cultural.

Inclusive denominando de cultura aquilo que pertence a raça dominante e a cultura de indígenas e africanos/as são considerados folclore. Projeto de nação de uma minoria dominante, uma história oficial falado pela raça e classe dominante. Incluindo mecanismos jurídicos criados pela República a fim de manter o negro na condição de trabalhadores não-qualificados. Esta população foi atirada na periferia do sistema de produção capitalista, sendo a população negra um exército de reserva de mão de obra e uma crescente população marginalizada e uma clara divisão do espaço.

Numa construção de hierarquias no mercado de trabalho e acesso aos melhores salários. É preciso encarar o racismo, chega do disfarce da democracia racial. Na verdade um país onde as diferenças são vistas como desigualdades, uma sociedade injusta porque hierarquizada. Hierarquia pautada na raça, no sexo e na classe social. Um mito da democracia racial que levou a desmobilização do povo negro, que tinha uma organização representativa nos anos de 1910, 1920 e 1930, que gerou a Frente Negra Brasileira. Mas o mito da democracia racial e o fato das esquerdas no Brasil embarcar neste discurso, segundo Lélia, sem perceber que a maior parte dos trabalhadores são formados pela população negra. Levou a população negra ter que se mobilizar e se organizar sozinha.

A partir da própria história de resistência, de postura democrática, renasce nos anos 1970, em plena ditadura militar, o movimento negro. Inspirados nas lutas de libertação da África e nas lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos. Trazendo como referencias de luta, Palmares, Zumbi, Dandara, Revolta dos Malês, Luisa Mahin, Revolta da Chibata e tantos outros. Se organizando e partindo para a crítica ao regime militar.

Grada Kilomba: Outridade



Fonte:

<https://revistamarieclaire.globo.com/Cultura/noticia/2019/07/grada-kilomba-luta-contra-o-racismo-e-colonialismo-que-se-debruca-suas-obras.html>

Grada Kilomba faz uma reflexão sobre memória, gênero, raça e pós-colonialismo. Sua voz se coloca através da linguagem acadêmica e também artística. Numa narrativa que se propõe a romper com certos mitos construído ao longo do tempo pela colonialidade, como o da mulher negra disponível, a mulher muçulmana oprimida e da mulher branca emancipada. Refletindo que o lugar que a mulher negra ocupa no imaginário social está à margem da raça e do gênero, espaço de apagamento e contradição. Portanto, o debate de gênero e raça separados mantém a invisibilidade das mulheres negras nos debates políticos e acadêmicos.

Segundo Grada escrever é um ato político, um ato de tornar-se autora e autoridade na nossa própria história. Se opor ao lugar de “outridade” e reinventar a nós mesmos, ou seja, nos tornar sujeitos. O racismo não é só uma reencenação de um passado colonial, mas uma realidade traumática e muitas vezes silenciada. Quando sujeitos negros/as são aprisionados no lugar do subordinado, do exótico, do outro, o passado coincide com o presente. A linguagem tem poder de criar, fixar e perpetuar relações de poder. Desmontar a língua colonial é nosso trabalho. Não reproduzir falas que remetem ao passado colonial, ter uma linguagem politicamente correta é fundamental sim para que possamos nos encontrar todos na condição humana.

Perceber que a narrativa do outro, que nos coloca no lugar de “outridade” é uma narrativa forjada no processo do colonialismo e deve ser enfrentada e desconstruída. Assim como a língua é poderosa para fixar estereótipos negativos, ela pode ser aliada na desconstrução e desmonte dessa colonialidade e na construção de sociedades plurais que

respeite essa pluralidade. Uma sociedade que vive na negação e até mesmo da glorificação de um passado colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas, o percurso de conscientização tem que ser coletivo. É necessário reconfigurar as estruturas de poder para que as muitas identidades marginalizadas possam também reconfigurar a noção de conhecimento.

No capítulo 4 de seu livro “Memórias da Plantação”, “Racismo Genderizado”, relata sua experiência na infância, quando de paciente teve uma proposta de ser transformada em serviçal de um médico branco e sua família, ou seja, qual lógica perversa que se constrói em diferentes sociedades que um médico branco considere natural chamar uma menina negra, ora sua paciente, para servir a ele e sua família nas atividades domésticas.

Raça e gênero são categorias inseparáveis. Ela propõe mudar os gêneros e raças dos personagens da memória de infância que conta logo no início do capítulo. Se a paciente fosse branca, o convite surgiria? Se o médico fosse negro, seria possível tal abordagem? Mudar as raças dos personagens alteraria profundamente o conjunto de relações de poder. Raça e gênero são categorias que interagem. E a partir dessas categorias criam-se mitos como o da mulher negra disponível, o homem negro infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem mulçumano agressivo, a mulher branca emancipada e o homem branco liberal. A própria literatura sobre o racismo elege o sujeito negro na centralidade da questão e a brutalidade do racismo é tão contundente que as especificidades das mulheres negras acabam sendo desconsideradas. Se falar da literatura feminista ocidental também centraliza na mulher branca heterossexual. Ou seja, mulheres negras são incluídas em diversos discursos que não interpretam a sua realidade. Na literatura sobre racismo, o sujeito é o homem negro; na literatura feminista, o sujeito é a mulher branca e no debate sobre classe, raça não tem espaço. Neste sentido a mulher negra está em um espaço à margem da “raça” e do “gênero”. Um espaço de apagamento e contradição. Portanto, o debate de gênero e raça separados mantém a invisibilidade das mulheres negras nos debates políticos e acadêmicos.

A perspectiva interseccional revela o impacto de opressões que levam a formas de racismo únicos nas experiências de mulheres negras e outras mulheres racializadas. Racismo e sexism, como processos são semelhantes, na medida que constroem ideologicamente o senso comum. Entretanto, não são paralelos, pois ambos afetam e posicionam grupos de pessoas de forma diferente. No caso de mulheres negras se entrelaçam. Separar sexism e racismo teve como resultado a invisibilização e o silenciamento de mulheres negras dentro do projeto feminista global, que partia de uma falsa ideia de sororidade feminina universal, que na verdade negligenciava a história da escravização, do colonialismo e do racismo. A teoria do

mundo dividido entre homens poderosos e mulheres subordinadas é combatida pelo feminismo negro pois, ignora as estruturas raciais de poder entre mulheres diferentes, não consegue explicar porque os homens negros não lucram com o patriarcado, não considera, que devido ao racismo, o gênero é construído diferente para mulheres brancas e negras e esse modelo implica um universalismo entre mulheres, onde raça e racismo não são contemplados.

Na hierarquia racial, não existe sororidade. As experiências de mulheres brancas são consideradas universais e legítimas. Já as experiências de mulheres negras são consideradas específicas e ilegítimas. O feminismo branco é sobre sexismo e não sobre racismo, já para o feminismo negro o racismo é um fator estruturante. E há uma resistência dos discursos feministas em aceitar e teorizar o racismo como uma dimensão central da experiência de mulheres racializadas.

Pelo menos desde os anos 1980, intelectuais negras têm escrito e teorizado sobre a perspectiva de mulheres negras no feminismo. Ao conceituar gênero como único ponto de partida da opressão, teorias feministas ignoram que mulheres negras sofrem a opressão sexista, mas também racista e suas formas institucionalizadas. Ignorar raça é visto pelo feminismo negro como produto do racismo endêmico do feminismo branco. O feminismo negro redefine o conceito de patriarcado, o ampliando, patriarcalismo racial. As estruturas de poder foram construídas na formação colonial, na escravização e elas são óbvias. Mesmo que homens negros compartilhem o sexism, apoie o patriarcalismo e a exploração sexista da mulher, eles não se enquadram no patriarcalismo colonial e escravista.

“Mulheres negras historicamente têm formulado identidade e pertença política em termo de “raça” em vez de gênero ou classe, uma vez que expericiam primeiro a opressão relacionada a raça.”(Kilomba, , p. 106) Lutamos juntas com homens negros em relação ao racismo, enquanto lutamos contra homens negros em relação ao sexism. Usar genericamente um termo masculino para designar todos os que expericiam a opressão racista contribui para invisibilidade da mulher negra. O movimento e as teorias das mulheres negras têm tido papel central no desenvolvimento de uma crítica, oferecendo uma nova perspectiva a debates contemporâneos sobre gênero, raça e pós-colonialismo.

Pensar as contribuições de ativistas e intelectuais negras na luta antirracista é revelar as implicações do racismo e do sexism que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa de exclusão e marginalização sociais. Tal situação porém, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes.

A luta pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representa uma luta histórica de mulheres do passado e do presente que possibilitaram ultrapassar barreiras de exclusão. O protagonismo político de mulheres negras tem se mostrado determinante para mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminino no Brasil. Promovendo o reconhecimento das diferenças intragênero , do racismo e da discriminação racial como fatores de reprodução de desigualdades, dos privilégios que tal ideologia produz para mulheres do grupo social hegemônico, da necessidade de políticas específicas para diferentes feminismos, da dimensão social que a pobreza tem no Brasil, assim como o reconhecimento da violência simbólica e a opressão da branquitude como padrão estético.

A introdução dessas questões na esfera pública contribuem para o alargamento do sentido de democracia, igualdade e justiça social. Na qual as noções de gênero e de raça são elementos fundamentais para pensar na construção de um mundo no qual diferença não signifique desigualdade.

VI. PROPOSIÇÃO DIDÁTICA:

“Brasil chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marieles, malês.” (Samba enredo da G. R. E. S. Estação Primeira da Mangueira – 2019)

Minha proposição didática caminha ao encontro de pensadores como bell hooks, que percebe a educação como prática da liberdade, defende uma educação libertadora, que requer a posse do conhecimento por todos os envolvidos no processo. A educação só se torna libertadora quando relaciona o agir e o refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo. Um saber significativo, que relaciona o que se aprende na escola com a experiência global da vida. Uma pedagogia que valorize a expressão dos alunos, mas também que seja espaço de crescimento dos professores. (hooks, 2017)

E também de Paulo Freire, que propõe uma educação que liberta seres humanos da condição de oprimidos e os insere na sociedade como forças transformadoras e Nilma Lino Gomes que analisa o processo de silenciamento e falta de acesso da população negra ao sistema de ensino, a persistência da colonialidade na educação básica e no campo da produção científica, mas também as resistências construídas ao longo da história pelos movimentos sociais, ativistas, intelectuais, nas instituições educacionais, nas lutas coletivas cotidianas na construção de um pensamento emancipatório.

A proposição didática a seguir se insere dentro dessa perspectiva da pluralidade e dos diferentes protagonismos, partindo de uma sensibilização com a temática, através da organização de oficinas com alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola estadual na zona oeste do Rio de Janeiro. Um corpo discente heterogêneo, porém majoritariamente constituído por pretos e pardos. Muitos desses alunos são influenciados por um discurso moralista-conservador que cresceu no país nos últimos anos. A escola, ou pelo menos um grupo de professores, tentamos sempre analisar temas sensíveis, como a questão racial, há um compromisso de professores e direção com uma educação que respeite as diferenças. Sempre que é possível levamos pessoas para falar sobre questões de gênero, raça, ditadura, entre outras questões e também levá-los ao teatro, numa parceria que construímos com a Cia Ensaio Aberto, no Armazém da Utopia, que tem um compromisso com temáticas sociais, em especial, sobre as questões dos trabalhadores. Essas questões portanto, são trabalhadas através de teatro, oficinas, debates e palestrantes.

Em respeito a Lei 10639/03, que completou 21 anos, a questão racial vem sendo trabalhada na escola há bastante tempo. A construção do conhecimento por parte das populações minorizadas e subalternizadas no processo histórico brasileiro é um rompimento

com o silenciamento, é a resistência a tentativa de assassinato da razão negra, a conexão com a ancestralidade, o enriquecimento do saber de uma sociedade a partir da pluralidade de visões de mundo, que a branquitude tentou apagar, mas que os povos minorizados não permitiram. A proposição didática está voltada para visibilizar a importância das narrativas de intelectuais negras nessa resistência, na desconstrução de paradigmas historicamente construídos, na pluralidade de experiências de existências. A intenção é a de visibilizar vozes negras femininas para estudantes do Ensino Médio. O objetivo é levar a discussão sobre racismo, enfatizando o processo de epistemicídio e as relações interseccionais que as mulheres negras estão submetidas. A culminância dessa oficina é a leitura de Lélia Gonzalez e Grada Kilomba, no objetivo de trazer uma voz que é referência do movimento feminista negro e uma voz mais atual e igualmente potente.

A partir da visão de Paulo Freire de respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação, no estímulo a capacidade criadora do educando e o compromisso do educador com a consciência crítica do educando, estabelecer intimidade entre os saberes curriculares e a experiência social que eles tem como indivíduos. (Freire, 2021)

O trabalho iniciou com a finalidade de identificar como os alunos percebem a questão racial, com os seguintes questionamentos:

1. O que entende por raça?
2. O que entende por racismo?
3. Os conceitos de raça e racismo sempre existiram ou foram historicamente construídos?
4. Há oportunidade de igualdades para negros, brancos e indígenas no Brasil?
Exemplifique:
5. Quais intelectuais negros você conhece?
6. Quais intelectuais negras você conhece?

Em um total de 70 alunos. Podemos verificar as respostas através das seguintes tabelas:

1. O que entende por raça?	
Características físicas como cor da pele, textura do cabelo, traços faciais.	46
Ancestralidade/ Linhagem	10
Outras respostas	14

2. O que entende por racismo?	
Discriminação, preconceito e exclusão social por conta da cor da pele.	27
Ofender pessoas de diferentes raças, negro ou branca.	14
Outras respostas	29

3. Conceitos de raça e racismo?		
Sempre existiram	Não responderam	Foram historicamente construídos
15	03	52

4. Há igualdade de oportunidades?		
Sim	Parcialmente	Não
09	05	56

5. Quais intelectuais negros você conhece?	
Machado de Assis	14
Nenhum	12
Martin Luther King	09
Milton Santos	08
Nelson Mandela	05

6. Quais intelectuais negras você conhece?	
Nenhuma	16
Angela Davis	08
Lélia Gonzalez	06
Michele Obama	05
Carolina Maria de Jesus	05

Esta primeira abordagem revela como é urgente o debate sobre questão racial e a luta antirracista nas escolas do Ensino Básico. Sobre a questão dos conceitos de raça e racismo serem naturais ou historicamente construído, a grande maioria optou pela segunda opção. No entanto, 15 alunos consideraram essas categorias como naturais, uma visão pautada em teorias racistas que se consolidaram na memória coletiva, tais teorias que tinham o objetivo de apagar que desigualdades sociais são historicamente criadas para benefício de poucos. Em relação a igualdade de oportunidades a grande maioria respondeu não ao questionamento, embora 14 alunos tenham afirmado que há igualdade de oportunidades ou que existe um “racismo parcial”. Este tipo de pensamento que acaba levando a discursos contrários as políticas afirmativas, como a política de cotas, por pessoas que seriam beneficiadas por elas.

Em relação ao conhecimento sobre intelectualidade negra, teve um número reduzido de alunos que não souberam responder, mas a grande maioria pode citar pelo menos um nome. Para uma abordagem inicial sobre a temática com alunos do Ensino Médio me surpreendi com nomes do conhecimento deles como Abdiás Nascimento, Achile Mbembe, Sueli Carneiro, bell hooks, Beatriz Nascimento entre outros. Em um segundo momento com as respostas obtidas passei para a construção da oficina escolhendo textos que debatam a questão racial e da mulher negra. Destacando o processo histórico de silenciamentos, a construção de uma narrativa dominante, a perspectiva interseccional, as lutas e resistências, a diversidade epistemológica e a pluralidade de construção do conhecimento.

A fim de construir um conhecimento coletivo, um letramento racial com o objetivo de uma educação antirracista, debater textos que trazem uma linguagem mais próxima do aluno do Ensino Médio. Para tanto, foram escolhidos por mim dois livros de Djamila Ribeiro, o primeiro lido e debatido foi “Pequeno Manual Antirracista” e o segundo “Quem tem medo do feminismo negro”.

Em “Pequeno Manual antirracista”, Djamila Ribeiro procura fazer uma reflexão crítica de nossa percepção de si e do mundo, falar sobre racismo e fazer um debate estrutural de um

sistema que beneficia economicamente a população branca, enquanto a população negra, historicamente, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de renda. Ressalta que o debate sobre a questão racial não é uma questão moral e individual, mas uma questão estrutural. Então propõe uma série de atitudes antirracistas ao longo dos capítulos.

Em “Quem tem medo do feminismo negro”, Djamila questiona as próprias aulas de história, que reduz o negro a escravidão, sem mencionar a história africana e sem mencionar as diferentes estratégias de resistências. Destaca como as práticas de mulheres negras são fundamentais para restituir a humanidade negada, questionar o patriarcado racista e como, mesmo no movimento feminista, esta mulher negra foi invisibilizada. A visibilidade dos diferentes saberes possibilita pensar novas epistemologias, discutir lugares sociais, romper com a visão única, significa a busca por coexistência. A partir daí, em mais de 30 capítulos, vem destacando a perspectiva interseccional, as diversas formas de opressões e estereótipos aos quais as mulheres negras foram submetidas e também as diferentes estratégias de resistência, de construção do conhecimento, a escrita feminina negra, o movimento de mulheres em um processo constante de transformação e pluralidade epistêmica.

Estas leituras permitiram rodadas de debates onde os alunos trouxeram exemplos, perceberam as profundas desigualdades baseadas na diferenciação racial e que o passado não está deslocado do presente. Os debates acerca dos livros de Djamila Ribeiro teriam a duração de 4 horas/aulas por livro, sendo os capítulos divididos em grupos.

Em outra aula de 2 tempos de 50 minutos discutir determinadas categorias, a fim de consolidar este conhecimento da temática, na construção de um conhecimento coletivo. Serão debatidos os seguinte conceitos, finalizando com um questionamento, nesta exata apresentação compartilhados com os alunos:

Interseccionalidade: Opressões que se cruzam e mulheres negras são repetidas vezes atingidas, de raça, de gênero e de classe. Modernos aparatos coloniais. Interação das avenidas identitárias. Existência de uma matriz colonial moderna e suas relações de poder.

A perspectiva interseccional quer resgatar os discursos que foram historicamente silenciados por critérios raciais e por separatismos identitários. Apagamento epistêmico, resultado da modernidade colonial.

O projeto feminista negro dialoga com as avenidas identitárias do racismo, do capitalismo, do patriarcalismo.

Epistemicídio: Forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão, se promove a anulação das pessoas negras enquanto sujeitos do conhecimento. O propósito é inferiorizar intelectualmente o povo negro, criando um imaginário social que naturaliza a subalternização dos negros e a superioridade dos brancos. Se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica e racial, pela negação da legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados.

Em um processo de destruição da racionalidade, da cultura e da civilização do outro, oriundo da visão civilizatória do processo colonial alcançando sua formulação plena no racismo do século XIX.

Raça e Racismo: A categoria “raça” ligada à características biológicas, surgiu na Europa no final do século XVIII e foi difundida pela ciência do século XIX. Seu sentido era justificar a dominação colonial europeia sobre outros povos.

Raça não corresponde a nenhuma realidade natural. É um conceito construído baseado em uma atitude negativa frente a certos grupos sociais, uma forma de classificação social. No entanto, este conceito tem uma realidade social plena e se torna impossível o combate ao racismo sem o conhecimento dessa realidade social.

Racismo é uma estrutura de dominação, exploração e exclusão social. Ser branco e ser negro são considerados polaridades que encerram, privilégios e prejuízos a cada um dos polos da racialidade.

Qual a possibilidade de ruptura com o paradigma da exclusão? Nas resistências negras, insurgências contra a subordinação e o epistemicídio que submete a negritude no Brasil.

“É na força da autoestima, do reconhecimento da própria autonomia, dos exemplos, da conquista da memória e da ação coletiva, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação.” (Carneiro, Sueli _ Dispositivo da Racialidade)

Resistências construídas ao longo da história pelos movimentos sociais, ativistas, intelectuais, nas instituições educacionais, nas lutas coletivas cotidianas, na construção de um pensamento emancipatório.

A fim de trazer as vozes de intelectuais que mobilizam grande número de seguidores e constroem um debate bastante qualificado nas redes sociais, inclui dois vídeos que

representam esta juventude engajada nesta temática e que mobilizam jovens a pensar na questão racial.

O primeiro foi um dos vídeos de Nataly Neri, intitulado: Mulher? Que Mulher? Racismo no Movimento feminista, Lélia Gonzalez e outras reflexões. Neste vídeo de 12 de março de 2020, destaca que não é possível tirar a pluralidade de nosso discurso, não existe uma mulhereridade única. Mulheres negras são muitas vezes invisibilizadas quando se fala de feminismo. Faz uma análise do texto de Lélia Gonzalez: Por um Feminismo Latino americano. Mostrando que o movimento negro construiu bases para as lutas das mulheres. Nas sociedades latino-americanas contruídas de forma hierarquizada na modernidade/colonialidade, o lugar do topo é o lugar da branquitude. Desta forma a categoria generalizantes, como a categoria mulher, se refere a mulheres brancas. O primeiro impacto da violência sofrida pelas amefricanas é o racismo. Dentro dessa realidade a participação feminina negra em movimentos políticos será os ligados as questões raciais.

Outro vídeo proposto para contribuir com o debate e trazer vozes jovens é o de AD Junior, intitulado: O Que é Racismo Estrutural, de 21 de junho de 2018. Explicando a origem do racismo como pseudociênciia e que no Brasil pautou leis de controle social sobre a população negra e políticas que impediam o acesso da população negra as escolas públicas, dentro da lógica da política de embranquecimento. O mito da democracia racial que escamoteou por muito tempo a brutalidade do racismo vivido no Brasil.

Para esta proposta disponibilizar 2 tempos de aula de 50 minutos, para ver os vídeos e desenvolver o debate.

Como culminância dessas atividades trazer a leitura do capítulo 4 do livro “Memórias da Plantação” de Grada Kilomba intitulado “Racismo Genderizado” e o “Discurso na Constituinte” de Lélia Gonzalez que está na Parte II (Intervenções) do livro “Por um Feminismo Afro Latino Americano”, momento crucial da democracia brasileira, a Constituinte de 1987 e a participação do Movimento Negro Brasileiro neste momento histórico. A leitura desses textos se darão em 4 horas/aulas e a proposta é que as leituras em grupo levassem a construção de cartas para que os estudantes possam expressar suas impressões sobre a leitura dos textos.

O texto de Lélia Gonzalez, “Discurso na Constituinte”, mostra o processo de marginalização e discriminação e os mecanismos desenvolvidos no interior da sociedade brasileira para que ela se visse como branca e masculina. A construção do Brasil foi pautada em um discurso e práticas elitistas, racistas e sexistas. As escolhas de representação,

classificação, valorização e significação nos remete sempre a cultura dominante e a classe e raça dominante impõe ao todo da sociedade uma visão alienada de si. Considero importante a retomada desse discurso de 1987 para que os alunos percebam que a luta do movimento negro no Brasil é constante, sofreu derrotas ao longo da história, mas conseguiu influenciar em importantes momentos da história do país alcançando conquistas na luta por direitos.

Lélia finaliza o discurso fazendo um chamamento a todos e afirmando que a luta pertence a todos que tem como projeto a construção de uma sociedade justa e igualitária. Todos aqueles que são sensíveis a nossas propostas, denúncias e reivindicações. Um alerta para sociedade brasileira como um todo assumir o apartheid social que os não-brancos estão submetidos, escondido no mito da democracia racial.

O capítulo, “O racismo genderizado”, de Grada Kilomba inicia relatando uma experiência na infância da autora, quando foi a uma consulta médica e recebeu a proposta de ser doméstica na casa do mesmo e questiona como de paciente teve uma proposta de ser transformada em serviçal, qual lógica perversa que se constrói, onde um médico branco considere natural chamar uma menina negra, ora sua paciente, para servir a ele e sua família nas atividades domésticas. Kilomba é uma artista interdisciplinar, escritora e teórica portuguesa, com raízes em Angola e São Tomé e Príncipe. No seu livro, que foi sua tese de doutoramento ela reflete sobre memória, gênero, raça e pós-colonialismo. Considero o livro de Grada muito potente para falar sobre questões de raça e gênero como categorias inseparáveis, que interagem. Mulheres negras são inseridas em diversos discursos, como o feminismo e o antirracismo, que não interpretam a sua realidade, acabando por ficar em um lugar de apagamento. A perspectiva interseccional busca visibilizar diferentes opressões que mulheres racializadas estão submetidas e a partir dessa visibilidade, lutar contra essas formas de opressão. Separar sexismo e racismo é perpetuar o apagamento dessas mulheres.

A partir da leitura desses capítulos dessas duas intelectuais negras, trabalhar com o recurso das cartas, elaboradas em grupos pelos alunos e compartilhadas com a turma e posteriormente com a comunidade escolar.

GRUPO A

Racismo Genderizado

“A luta das mulheres negras é marcada pela intersecção do racismo e do sexismo, o que cria uma batalha dupla contra a opressão. O feminismo negro defendido por vozes como Grada Kilomba e Lélia Gonzalez, é essencial para dar visibilidade a essas vivencias e criticar a ideia de “sororidade universal”, que frequentemente excluem mulheres negras. Apesar dos avanços legais como a Constituição de 1988, o racismo estrutural ainda impacta profundamente suas vidas, perpetuando violência e desigualdade. É de extrema importância ouvir e valorizar as vozes dessas mulheres como protagonistas na transformação da sociedade. Por mês as mulheres brancas recebem em média 66% do que recebem os homens, os negros 50% do que recebem os brancos, e as mulheres negras apenas 32% do que recebem homens brancos.”

GRUPO B

(Sobre o texto de Lélia _ “Discurso na Constituinte”)

“Na sociedade brasileira, apesar da contribuição extraordinária que o negro trouxe, podemos perceber que a cultura, a classe e a raça dominante impõem ao todo desta sociedade uma visão alienada de si. Isto é, as elites dominantes fazem o máximo possível para passar a imagem de um país escandinavo para a comunidade internacional.

O Brasil foi o único país da América que se negou a receber imigrantes não brancos com o objetivo de embranquecer a sociedade brasileira. A fundamentação estava, é claro, ligada ao velho evolucionismo: ser branco europeu e homem significava estar no degrau máximo da humanidade. Isto gerou como consequência a hierarquização absoluta de relações de poder no Brasil. Percebemos que nesse período, isto é, de 1888 para cá, as grandes promessas de campanha abolicionista não se realizaram: de que o negro pode ser doutor, que pode isto ou aquilo, que pode pretender uma ascensão social, nada disso aconteceu.

A exclusão da cultura africana, da cultura que construiu os principais fundamentos do Brasil como nação, é uma problemática que perdura na sociedade contemporânea. Não atoa o velho sistema de poder que põe o homem branco no topo da hierarquia ainda é vigente nos tempos atuais. Falar o papel do negro na história brasileira é falar de todo um povo que foi discriminado e marginalizado, e é fundamental o destaque da herança africana para revertermos esse cenário.”

GRUPO C

“No livro da autora Grada, ela argumenta que o racismo e o sexismº estão interligados. Sendo assim, mulheres negras sofrem demasiadamente por estarem inseridas nos dois grupos.

O patriarcado é amplamente conhecido como um sistema de poder que oprime mulheres, sempre privilegiando homens em diversas esferas da sociedade, mas essa definição é limitada, pois não considera a importância da raça nas relações de gênero, assim surgindo o “patriarcado racial”, que busca incluir a intersecção entre raça e gênero. No texto, há um episódio onde uma garota de 13 anos sofre racismo após ir a um hospital por causa de uma gripe. E o médico prontamente a convida para servir sua família em uma viagem que eles fariam. Logo em seguida, longe do consultório, ela expressa sua indignação, onde o gênero tem um impacto na construção de raça e na experiência do racismo.

A obra é essencial para qualquer pessoa, mas principalmente para brancas e brancos que estão condicionados a verem os corpos negros como estranhos ou como qualquer outra coisa.”

GRUPO D

“O “Discurso na Constituinte” nos leva a uma profunda reflexão sobre a estrutura social brasileira, marcada por uma hierarquia construída ao longo de séculos e alimentada por uma visão eurocêntrica que valoriza o passado e a cultura europeia, ao passo que ignora ou diminui as culturas indígenas ou africanas. Essa construção social hierárquica não ocorre por acaso, mas é resultado de escolhas que reforçam a ideia de uma suposta superioridade do homem branco ocidental.

No Brasil, a desigualdade está presente nas relações de classe, de gênero e de raça. Nossa língua e nossos costumes muitas vezes carregam esse peso, refletindo uma sociedade onde o homem branco é visto como referência de civilização e desenvolvimento, enquanto o indígena e o negro são colocados em posições subalternas. A própria estrutura de poder – econômico político social – está nas mãos de uma elite que perpetua essa visão, favorecendo a cultura ocidental e menosprezando a diversidade cultural que forma o Brasil.

É fundamental que reflitamos sobre essa estrutura e busquemos formas de construir uma sociedade mais justa, onde todas as culturas e histórias possam ser respeitadas e valorizadas. Só assim poderemos avançar para um Brasil verdadeiramente inclusivo e democrático.”

GRUPO E

Descolonizando Mulheres Negras

Invisibilidade das mulheres negras: Destaca como a falta de visibilidade das mulheres negras reflete um diálogo separado no contexto das discussões sobre racismo e colonialismo.

Análise de Lola Young: Em seu ensaio “Fantasiando mulheres negras” sobre o livro “Pele negra, máscaras brancas”, examina como as mulheres negras são mencionadas no texto de Franz Fanon, que utiliza o termo “homem” de maneira generalizada para se referir aos sujeitos afetados pelo colonialismo e racismo, ignorando as experiências específicas das mulheres negras. Posicionamento de Homi Bhabha: ele argumenta que, quando Fanon usa “homem”, ele adota uma linguagem que pode ser inadequada para capturar a diversidade de experiências. Uso do masculino genérico: A crítica de que o uso do masculino genérico para designar humanidade acaba reduzindo a existência das mulheres, especialmente as negras. Categorias de poder e exclusão: Young menciona que mulheres negras, e outras pessoas com pouco ou nenhum poder, são categorizadas como “nada” ou “excluídas” devido à falta de reconhecimento.

Reivindicações das feministas negras: A luta das feministas negras para que as estruturas de opressão não forcem as mulheres negras a escolher entre solidariedade com homens negros ou mulheres brancas, mas que se permita que contemple raça e gênero simultaneamente.

Múltiplas formas de opressão: A intersecção entre racismo, sexism e/ou LGBTQIAfobia e como essas opressões afetam as mulheres negras de maneira específica.

Ausência de mulheres negras nos debates sobre racismo e feminismo: A falta quase completa de consideração pelas experiências das mulheres negras nos campos de racismo e feminismo, destacando a necessidade de incluir essas vivências.

A invisibilidade de mulheres negras mudou ou continua da mesma forma: Mudou, mas ainda temos muito a avançar. Hoje, questões raciais e de gênero estão mais visíveis, e mulheres negras têm maior acesso à educação e ao mercado de trabalho. O feminismo negro e a interseccionalidade abriram novos espaços de resistência.

Porém, desigualdades e discriminações continuam. O racismo e o colonialismo permanecem enraizados na sociedade. Embora haja progresso, ainda são necessárias mudanças estruturais e contínuas para combater esses impactos históricos.”

A culminância da oficina será um periódico audiovisual, intitulado Resistência, onde estas cartas serão lidas pelos alunos com o objetivo de que toda essa construção de um conhecimento coletivo seja compartilhado com a comunidade escolar. Este periódico

privilegiará portanto, as narrativas negras femininas e suas lutas por direitos, em especial, o direito a voz.

A proposta pedagógica se concluirá com a construção de um periódico audiovisual, com a intensa participação dos alunos na sua elaboração. Através desse mecanismo compartilhar os debates realizados com essas turmas do 3º ano com a comunidade escolar, através de suas mídias.

Iniciar com um Editorial, lido por uma das alunas. Segue:

“A questão racial no Brasil se relaciona a formação desse país desde o processo colonizador. Se relaciona a brutalidade da dominação sobre os povos originários, a expropriação de suas terras a exploração de seus corpos, o desrespeito a sua cosmovisão, a imposição do seu modo de vida, a fim de atender interesses econômicos das nações europeias. E no mesmo processo a escravização moderna de povos africanos com o mesmo objetivo, satisfazer sua ganância por lucros.

O Brasil é formado sobre profundas desigualdades e injustiças sociais. Foi forjado em cima da exploração do trabalho dos povos subjugados, o último país do continente a acabar com o sistema escravocrata. Raízes profundas que marcaram e continuam marcando nossa sociedade. E que antes disso, através da Lei de Terras, praticamente impossibilitou o acesso a terra a grande maioria da população.

Um país que vivenciou nos primeiros anos da República racista meios de controle da população negra, o incentivo a vinda de imigrantes europeus a fim de promover um apagamento do povo negro através da miscigenação, a construção de uma civilização brasileira branca e europeia. A tentativa de excluir o negro como sujeito do conhecimento, dificultando seu acesso ao sistema escolar.

E além de uma sociedade formada sobre um capitalismo racista, uma sociedade organizada pelo patriarcado, que o tempo todo subjugou mulheres. Na base dessa hierarquia se encontram as mulheres negras, as quais vivenciam diferentes avenidas de opressão: a de gênero, a de raça e a de classe. Mulheres que ao longo da história irão resistir às opressões e ao apagamento de sua cosmovisão.

É dessas mulheres que trata este audiovisual. Mulheres que tiveram que enfrentar o racismo, o sexismo e as profundas desigualdades sociais. Que resistiram em primeiro lugar a um sistema racista e excluente que não se encontra somente no Brasil, por isso destaca-se

aqui vozes da intelectualidade negra no mundo. A luta contra o racismo é uma luta coletiva. Não se trata de individualidades.

Para ser combatido é necessário que se fale sobre racismo. Para tanto destacamos nesta edição as vozes das que formam a base dessa sociedade, as mulheres negras. Através de intelectuais que procuram contar sua própria história, se apropriar das narrativas, consolidar suas visões de mundo. Como afirma Angela Davis “Quando as mulheres negras se movimentam, toda a estrutura da sociedade se movimenta com elas, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide”

Ergamos as nossas vozes, nos apropriemos da nossa história, contada a partir dos que sofreram as opressões, a violência, a tentativa de apagamento. ‘Brasil chegou a vez de ouvir Marias, Mahins, Marielles, malês’.”

Incluir neste audiovisual os debates construídos ao longo dessas aulas, ler as cartas construídas em grupo a partir das leituras dos textos de Lélia e Grada, trazer estatísticas sobre as condições sociais do negro na sociedade brasileira hoje, incluir as dicas de uma postura antirracista de Djamila, mostrar as mudanças ocorridas a partir das políticas afirmativas, das leis antirracistas, as lutas de homens e mulheres por um país mais plural e que respeite sua diversidade. Destacar esse olhar feminino de uma intelectualidade negra que coloca sua voz em defesa de pautas fundamentais para nossa sociedade.

Incluir música, que é uma das formas de resistência do povo negro, questionando as desigualdades, os apagamentos, se apropriando da sua narrativa histórica. Como o samba de Mariana Íris: Pra Matar Preconceito:

Na rua me chamam de gostosa
O gringo acha que eu nasci pra dar
No postal mais vendido em qualquer loja
Tô lá eu de costas contra o mar

Falam que meu cabelo é ruim
É bombril, toin-oin-oin, é pixaim
O olhar tipo porta de serviço
É um míssil invisível contra mim

Sou criola
Neguinha, mulata e muito mais, camará!

Minha história
 É suada igual dança no Ilê
 Ninguém vai me dizer o meu lugar

Sou Zezé, sou Leci
 Mercedes Baptista, Ednanci
 Aída, Ciata
 Quelé, Mãe Beata e Aracy
 Pele preta nessa terra
 É bandeira de guerra porque vi
 Conceição, Dandara
 Pra matar preconceito, eu renasci

O prazo para o desenvolvimento e culminância dessa proposta são: 8horas/aula para os debates acerca dos dois livros de Djamila Ribeiro, sendo a leitura feita anteriormente em grupo; 2 horas/aulas para debater algumas categorias fundamentais para a presente proposta, as categorias de Interseccionalidade, Raça e Racismo, Epistemicídio e as possibilidades de ruptura com o paradigma da exclusão; 2 horas/aulas para ver e debater os vídeos de intelectuais negros e jovens, trazendo uma linguagem mais próxima do alunado; 2 horas/aulas para trazer as leituras das cartas que foram elaboradas a partir da leitura prévia e em grupo dos textos de Lélia Gonzalez e Grada Kilomba. E fechando a gravação do audiovisual que seria feita em 4 horas aulas. Todo processo seria desenvolvido ao longo de um bimestre, totalizando 14 horas/aulas, em uma realidade de cerca de 32 horas/aulas bimestrais. As oficinas ocorreriam intercalando com os conteúdos bimestral e no espaço da biblioteca da escola.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A temática proposta, Intelectualidade Negra Feminina: Decolonialidade, Resistência e Ensino de História, partiu de uma inquietação como professora de História, negra, de escola pública, com um anulado majoritariamente negro e o trabalho sobre questão racial em sala de aula. Perceber que a negritude ainda é negada, especialmente por alunos ditos pardos, que tem muita dificuldade de se identificar enquanto pertencente a população negra desse país.

Considero de fundamental importância trazer a temática racial para sala de aula e, em especial, a condição das mulheres negras, justamente por formarmos a base de uma sociedade hierarquizada, racista e sexista. No sentido de que a base tem o potencial de abalar as estruturas. Mostrar a realidade dessas mulheres que sofrem linhas cruzadas de opressões, de gênero, de raça e de classe, mas que também ao longo da história criam formas de resistência aos apagamentos e silenciamentos impostos desde o período colonial.

Primeiramente a resistência ao racismo estrutural e institucionalizado, primeira forma de opressão que os grupos racializados sofrem. Mas também a luta específica que mulheres negras travaram para enfrentar a invisibilidade, mesmo dentro dos movimentos sociais que diziam representá-las. O erguer a voz nos movimentos coletivos, na luta por territórios, na luta pela manutenção do seu simbólico e do seu sagrado, na luta por dignidade, na luta pelo direito à vida. Mas também o erguer a voz através da sua escrita, do protagonismo na sua própria história, na representatividade de intelectuais negras que constroem uma contra narrativa ao discurso dominante.

Considerando os objetivos traçados na introdução dessa dissertação. Indaguei sobre as seguintes questões:

Como uma perspectiva negra na produção do conhecimento pode ser entendida como caminho para uma pedagogia decolonial dos currículos?

A questão sobre o Ensino de História está presente em toda a dissertação, visto que a razão de ser da proposta de pesquisa é o ensino, são os alunos da educação básica. Pelas leituras de autores comprometidos com essa perspectiva, de uma educação plural, que não silencie, que reflita a diversidade. Vemos sim que é primordial uma perspectiva negra a fim de tornar os currículos mais democráticos, que abarquem diferentes pontos de vista, numa perspectiva afrocentrada. A fim de superar uma narrativa linear e eurocêntrica. Dar voz a multiplicidade de falas e de visão de mundo. Perceber que a construção de um ensino que privilegie a diversidade é possível. A construção de currículo é espaço de disputa e as lutas

coletivas tem sido essencial para as mudanças fundamentais na construção de uma educação antirracista.

Como a leitura de intelectuais negras pode contribuir para uma educação antirracista e na luta contra a opressão de gênero?

As mulheres negras em qualquer estatística feita sempre aparecem na base dessa sociedade racista e sexista. Dessa forma ressaltar suas escritas torna-se fundamental para a questão da representatividade do povo negro. Mulheres que superaram obstáculos e conseguem protagonizar uma produção intelectual que ressalta a vivencia negra e a perspectiva negra na construção desse país nos aspectos econômico, cultural, político e social. Vivenciar opressões não significa ser vencidos/as por elas. Valorizar a intelectualidade negra feminina contribui para uma atitude de enfrentamento diante do racismo e também do sexism, visto que mulheres negras sofrem outras formas de opressão além do sexism. O que torna essa luta ainda mais urgente. A luta por direitos, por igualdade de oportunidades, por dignidade, direito a voz, direito a vida.

Como o debate sobre o conceito de interseccionalidade no Ensino Médio pode pavimentar uma reflexão sobre a condição da mulher negra e a luta por direitos numa sociedade machista e racista?

Tratar da questão das diferentes linhas de opressões que as mulheres negras sofrem é importante para salientar como se deu a formação das sociedades coloniais. Sociedades forjadas pela exploração de corpos subjugados. Que o discurso de quem domina engendrou formas de apagamentos da cosmovisão do outro racializado e impôs a sua “verdade”, estigmatizando e estereotipando os povos dominados. Na formação dessas sociedade negros e indígenas ocuparam os vértices inferiores, a fim de atender a lógica colonial de exploração do trabalho. No pós-abolição, o capitalismo racista continuava a ter a necessidade de uma massa de mão-de obra de reserva, para tanto continuou a expulsar esses povos de direitos básicos. Nesta lógica, mulheres negras foram ocupando a base dessa sociedade. É necessário visibilizar que as colocações sociais foram historicamente construídas por uma lógica econômica e de poder. Perceber as condições específicas das mulheres negras nestas sociedades torna-se importante para compreender as lutas por direitos, partindo de quem forma a base dessas sociedades, sofrendo diferentes formas de opressão. A luta antirracista e a luta antissexista estão integradas e não faz sentido separar essas categorias em movimentos sociais que buscam equidade de direitos sociais, políticos, econômicos, educacionais, culturais.

Como afirma Chimamanda Ngozi Adichie em “O Perigo de uma história única” – “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (Adichie, 2019, p22). Este discurso está aliado ao poder, o poder de contar a história de outros a partir da sua perspectiva. Uma história que dificulta o reconhecimento da humanidade, ressaltando sempre diferenças e não semelhanças. Finalizo com uma citação de Adichie que representa muito o que procurei expor neste trabalho.

“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.” (Adichie, 2019, p32)

A proposta da dissertação foi portanto, enfatizar o protagonismo da negritude em contar suas próprias narrativas, em especial a intelectualidade feminina negra, ressaltando as diferenças entre diferentes movimentos que representam a luta de mulheres negras em África e na Diáspora. Luta contra a imposição de uma história única, esta contada a partir da visão do colonizador e que se perpetuou ao longo da História. Não representamos a Outridade, esta visão foi construída pelos que estavam no poder, a fim de tornar exótico aquilo que eles queriam subalternizar. A fim de desqualificar visões de mundo e perspectivas diferentes das suas. Com o objetivo de desqualificar estes povos racializados como sujeitos de conhecimento, com a perspectiva de dominá-los. Mas que encontrou resistência dos diversos grupos dominados e racializados. Destaco, especialmente o protagonismo da escrevivência dessas mulheres que se negaram e se negam a cumprir o papel que o colonialismo impôs e se colocam como sujeitos do conhecimento, refletem sobre suas vivências e filosofias de vida e são autoras de sua própria história.

VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaraí, 2023.
- ALBUQUERQUE JR, D. M. *Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?* IN: GONÇALVES, M. De A. Et alii. Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. (21-39)
- AMORIM, Diego Uchoa de. *Teorias Raciais no Brasil: um pouco de História e historiografia*. Revista Cantareira. Rio de Janeiro. Edição 19/Jul-Dez, 2013. P. 62-78
- BENTO, Cida. *O Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSFOGUEL, Ramón. (Org.) *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico* . INTRODUÇÃO. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CAIMI, Flavia. *Cultura, memória e identidade: o ensino de história e a construção de sistemas identitários*. IN: SILVA, Cristiane Bereta da e ZAMBONI, Ernesta. Ensino de História, memória e culturas. Curitiba: Editora CRV, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em Movimento*. In Estudos Avançados 17 (49), 2003.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo da Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CHABATURA, Gabriela Maria. *A outridade subversiva: reflexões para uma categoria autóctone às negras brasileiras*. Extraprensa. São Paulo, v. 15, p 551-565, maio de 2022.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Epistemologia feminista negra*. In Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 139-170.
- Davis, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Outubro de 2004.
- EBUNOLUWA, Sotunsa Mobolane. *Feminismo: A busca por uma variante africana*. The Journal of Pan African Studies, Santa Clara, Califórnia: vol 3, nº 1, 2009, p. 227-234
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022

FARIAS, Marilin. *Ensino de História e Direitos Humanos: a história de gênero na perspectiva interseccional e a luta da mulher negra por direitos.* Pará-UFP. DissertaçãoFinal.pdf, 2021.

FELIPE, Adilson Ednei. Homens de Letras: Intelectuais negros no Brasil Imperial. In Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano IX. Nº XVII, agosto/ 2016.

FIGUEIREDO, Angela. *A marcha das mulheres negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder.* In Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 203-222

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade.* São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 2021.

Geledés Instituto da Mulher Negra. Pesquisa inédita apresenta dados sobre a aplicação da Lei 10.639/03. <https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/>

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.* São Paulo: Ed 34, 2001.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro e a Intelectualidade Negra descolonizando os currículos.* In COSTA, Joaze Bernadino, MALDONAT-TORRES, Nelson e GROSFOGUEL, Ramón. (Org) *Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico.* Belo Horizonte. Autêntica, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos.* Rio de Janeiro Zahar, 2020

GONZALEZ, Lélia. *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher.* In Por um Feminismo Afro-Latino Americano. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1º ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Discurso na Constituinte.* In Por um feminismo afro latino americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. *E eu não sou mulher?* Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos: 2024.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.* São Paulo: Martins Fontes, 2017.

- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobotó. 2019.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. *Pensamento Crítico Desde a Subalternidade: os estudo étnicos como ciência descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI*. In Afro-Ásia, UFBA-Bahia, 34, 2006, p105-129.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. *Analítica da Colonialidade e da decolonialidade: Algumas dimensões básicas*. In COSTA, Joaze Bernadino, MALDONAT-TORRES, Nelson e GROSFOGUEL, Ramón. (Org) Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico . Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N1 edições, 2018. Disponibilizado por eLivros/ Moodle USP, acessado dia 12/01/2025.
- MILITÃO, Beatriz Sogas Moreira. *O Ensino de História numa perspectiva antirracista*. ProfHistória-UERJ.pdf, 2021.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. *O negro visto por ele mesmo*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- OYEWÙMÍ, Oyirónké. *Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. In Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 171-181.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectiva latino-americanas. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia da Letras, 1990.
- SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: Junho de 2015.
- SANTOS, Cristina Soares. *Erguer a voz: A luta e a construção de uma narrativa antirracista no contexto escolar. Por uma história de mulheres negras protagonistas*. ProfHistória-UFMT.pdf.Dissertação,2021/ ProfHistória-UFMT.pdf Produto, 2021.

- SILVA, Dayane Augusta Santos da. *Gênero e Feminismo (s) Africano (s)*. Revista Transverso. Rio de janeiro, nº 22, ago de 2021, p. 268-287.
- SILVA, Debora Jean Lopes. *Mulheres na Literatura: Escritas de autoria feminina negra*. ProfHistória-UFMG.pdf, 2021.
- SODRÉ, Muniz. *O Fascismo da Cor: Uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- SOUZA, Sulivan Ferreira de, OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Modernidade, Transmodernidade e Eurocentrismo: Mutações conceituais*. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, v. 7, n. 3, dez 2019, p. 267-289.
- SOUZA, Lívia Maria Natália de. Intelectuais negras e racismo institucional: Um corpo fora do lugar. In Revista da ABPN, v 10, Ed. Especial – Cadernos temáticos: Letramento de Reexistência – UFPR-Curitiba, janeiro de 2018, p 748-764.